



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

CURSO DE EXTENSÃO PROESDE LICENCIATURA - UNESC

**O NOVO ENSINO MÉDIO E A CONJUNTURA DE DUAS ESCOLAS
PILOTO DO SUL CATARINENSE**

**Criciúma
2019**

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GOVERBADOR HERIBERTO HÜLSE
ESCOLA DE ENSINO MÉDIO ILDO MENEGHETTI

**O NOVO ENSINO MÉDIO E A CONJUNTURA DE DUAS ESCOLAS
PILOTO DO SUL CATARINENSE**

Trabalho desenvolvido para o curso de Extensão Organização Curricular do Território Catarinense, do PROESDE Licenciatura, Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE, oferecido em parceria entre a Universidade do Extremo Sul Catarinense e o Governo do Estado de Santa Catarina.

Prof.^a. Orientadores(as): Bruna Carolini De Bona e Lucas Sid Monaretto Búrigo

**Criciúma
2019**

ACADÊMICOS BOLSISTAS**ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GOVERNADOR HERIBERTO HÜLSE**

Altamir Da Silva Junior	Júlio Cesar Gonçalves Soares
Antônio João Gonçalves	Kauê Leacir De Oliveira da Luz Fraton
Cleiton dos Santos Luiz	Lucas Reinert Ciqueira
Douglas Gabriel Cardoso	Manuella Collodel Duarte Ferreira
Emilly Vicente de Freitas	Maria Eduarda Mariano
Fábio Borges Ribeiro Junior	Maurício Correia Garcia
Flávia de Carvalho Martinsk	Natalia Da Silva Jerônimo
Francine Nazário da Silva	Paola Santos Madeira José
Gean Carlos de Medeiros Batista	Patrick Lummertz Ribeiro
Gianni Ramos Antunes	Sinara Priscila Soratto Ignácio
Gisele Deolindo Bergmann	Thomaz Machado da Silva
Indianara Deolindo	Willian De Oliveira Rosa
Jaqueline da Silva Cardoso	

ESCOLA DE ENSINO MÉDIO GOVERNADOR ILDO MENEGHETTI

Ana Luisa Goulart	Maria Luiza Serafim Damacena
Caroline Silveira Francisco	Marina Rita Serafim Gabriel
Catarine Daros Lourenço Ronchi	Marlon Albert Alexandre
Chaiani Nava Cologni	Nício Roberto Duarte Filho
Cintia Stringari Patrício	Ohana Souza dos Santos
Diego Formentin de Souza	Rafael Gonçalves
Eluana Renata Machado de Vincenzi	Rafaela Pedroso dos Santos
Fernanda Joaquim	Raquel Laesker
Guilherme Matias Merencio	Renata Fernandes Gerônimo
Isadora Raupp Teixeira	Richard Tschoseck de Oliveira
Jackson De Souza Tupan Marques	Rodrigo Martins de Medeiros
Jhandrielly De Resende Porto	Suyane Silvano Pagani
Luana Fernandes Alves	Vanessa Ugioni Vitali

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos estudantes, gestores e professores da Escola de Ensino Médio Governador Ildo Meneghetti e da Escola de Educação Básica Governador Heriberto Hülse. Oferecemos este trabalho a todos os alunos do Ensino Médio do extremo sul catarinense, aos seus sonhos e anseios por uma educação melhor.

*...só acredito em um único e irremediável
destino para o ser humano: ser sempre mais.*

Paulo Freire

EQUIPE TÉCNICA

a) Acadêmicos

Altamir Da Silva Junior

Ana Luisa Goulart

Antônio João Gonçalves

Caroline Silveira Francisco

Catarine Daros Lourenço Ronchi

Chaiani Nava Cologni

Cintia Stringari Patrício

Cleiton dos Santos Luiz

Diego Formentin de Souza

Douglas Gabriel Cardoso

Eluana Renata Machado de Vincenzi

Emilly Vicente de Freitas

Fábio Borges Ribeiro Junior

Fernanda Joaquim

Flávia de Carvalho Martinsk

Francine Nazário da Silva

Gean Carlos de Medeiros Batista

Gianni Ramos Antunes

Gisele Deolindo Bergmann

Guilherme Matias Merencio

Indianara Deolindo

Isadora Raupp Teixeira

Jackson De Souza Tupan Marques

Jaqueline da Silva Cardoso

Jhandrielly De Resende Porto

Júlio Cesar Gonçalves Soares

Kauê Leacir De Oliveira da Luz Fratoni

Luana Fernandes Alves

Lucas Reinert Ciqueira

Manuella Collodel Duarte Ferreira

Maria Eduarda Mariano

Maria Luiza Serafim Damacena

Marina Rita Serafim Gabriel

Marlon Albert Alexandre

Maurício Correia Garcia

Natalia Da Silva Jerônimo

Nício Roberto Duarte Filho

Ohana Souza dos Santos

Paola Santos Madeira José

Patrick Lummertz Ribeiro

Rafael Gonçalves

Rafaela Pedroso dos Santos

Raquel Laesker

Renata Fernandes Gerônimo

Richard Tschoseck de Oliveira

Rodrigo Martins de Medeiros

Sinara Priscila Soratto Ignácio

Suyane Silvano Pagani

Thomaz Machado da Silva

Vanessa Ugioni Vitali

Willian De Oliveira Rosa

b) Área de pesquisa

EEB Governador Heriberto Hülse (Criciúma/SC)

PROESDE Licenciatura

c) Orientador de conteúdo

Profa. Ms. Bruna Carolini de Bona

Prof. Ms Lucas Sid Monaretto Búrigo

d) Responsável pelo Curso

Diretoria de Extensão, Cultura e Ações Comunitárias

Diretora Profa. Ms. Fernanda Faustini Guglielmi Sônego

Coordenação PROESDE Licenciatura

Profa. Ms. Bruna Carolini De Bona

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar a conjuntura da Escola de Educação Básica Governador Heriberto Hülse (Criciúma/SC) e da Escola de Ensino Médio Governador Ildo Meneghetti (Passo de Torres), desde os aspectos estruturais e funcionais até o movimento do projeto político e pedagógico assumido por gestores, professores e comunidade escolar. Vislumbra-se contribuir para a percepção das potencialidades e fragilidades das escolas, no que concerne a implementação do Novo Ensino Médio. Os acadêmicos, divididos em grupos de trabalho, atuaram durante o ano de 2019, tendo em vista tal objetivo. Os grupos de trabalho dividiram-se nos seguintes temas: estrutura física, PPP e gestão escolar, gerência de educação, corpo docente, comunidade e cultura escolar, estudantes. Esse material sintetiza as ações e análises realizadas pelos grupos, tendo por referência destacar as potencialidades e desafios para a implementação do Novo Ensino Médio, com a indicação de itinerários formativos.

Palavras-chave: Reforma. Ensino Médio. Conjuntura escolar.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Fachada da escola	11
Imagem 2 - Sala de aula	12
Imagem 3 – Laboratório de Ciências.....	12
Imagem 4 – Laboratório de informática.....	13
Imagem 6 – Sala de Artes	14
Imagem 7 – Campo de Futebol	15
Imagem 8 – Quadra de Esportes	16
Imagem 8 – Refeitório	16
Imagem 9 – Sala dos professores.....	17
Figura 10 – Sala de aula	32
Figura 11 – Laboratório de Química.....	33
Figura 12 - Ginásio.....	33
Figura 13: Quadra Externa.....	34
Figura 14 – sala dos professores	34
Figura 15 – cozinha.....	35
Figura 16 – Sala de Artes.....	36
Figura 17 - Biblioteca	36
Figura 18 – Central de Gás	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA E RESULTADOS OBTIDOS: ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GOVERNADOR HERIBERTO HÜLSE	11
2.1 Sobre o Espaço Físico	11
2.2 Sobre o PPP e a Gestão Escolar	18
2.3 Sobre a Comunidade e a Cultura Escolar	21
2.4 Sobre o Corpo Docente.....	22
2.5 Sobre a Gerência de Educação de Criciúma	24
2.6 Sobre os Estudantes	27
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA E RESULTADOS OBTIDOS: ESCOLA DE ENSINO MÉDIO GOVERNADOR ILDO MENEGHETTI	32
3.1 Sobre o Espaço Físico	32
3.2 Sobre o PPP e a Gestão Escolar	38
3.3 Sobre a Comunidade e a Cultura Escolar	40
3.4 Sobre o Corpo Docente.....	42
3.5 Sobre a Gerência de Educação	46
3.6 Sobre os Estudantes	50
4 REFERENCIALTEÓRICO	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

Neste ano, o PROESDE Licenciatura apresenta como temática central o **Novo Ensino Médio**. Por seu vínculo direto com a Secretaria de Estado da Educação, o programa tem sido protagonista no processo de análise de conjuntura de escolas “piloto” que aderiram ao processo de implementação do Novo Ensino Médio, na região sul de Santa Catarina. Este estudo, portanto, objetiva traçar uma análise de conjuntura minuciosa da Escola de Educação Básica Governador Heriberto Hülse (Criciúma) e da Escola de Ensino Médio Governador Ildo Meneghetti (Passo de Torres), desde os aspectos estruturais e funcionais até o movimento do projeto político e pedagógico assumido por gestores, professores e comunidade escolar. Vislumbra-se contribuir para a percepção das potencialidades e fragilidades das escolas, no que concerne a possibilidade de construção de um Ensino Médio real, potencialmente qualificado.

1.1 Objetivo Geral

Analisar a conjuntura da Escola de Educação Básica Governador Heriberto Hülse e da Escola de Ensino Médio Governador Ildo Meneghetti, desde os aspectos estruturais e funcionais até o movimento do projeto político e pedagógico assumido por gestores, professores e comunidade escolar. Vislumbra-se contribuir para a percepção das potencialidades e fragilidades das escolas, no que concerne a implementação do Novo Ensino Médio.

1.2 Objetivos Específicos

- Verificar a infraestrutura existente e a necessária para o desenvolvimento dos novos itinerários formativos;
- Compreender o entendimento dos alunos do Ensino Médio em relação ao processo de reforma e seus planos futuros.
- Compreender como que o corpo docente está se preparando para a chegada do novo Ensino Médio;
- Analisar a compreensão de gestores da escola sobre a reforma do Ensino Médio;

- Verificar se o documento referente ao Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) corresponde à realidade escolar e como vem sendo o processo de atualização do documento a fim de atender reforma do ensino médio;
- Identificar a organização e procedimentos adotados pela Gerência Regional de Educação de Criciúma, para o processo de implementação do Novo Ensino Médio.

1.3 Justificativa e Aspectos Metodológicos

Para construção da pesquisa, iniciamos no primeiro semestre com o estudo e aprofundamento dos marcos legais e curriculares que possuem vínculo direto com a Reforma do Ensino Médio: Proposta Curricular de Santa (2014), Base Nacional Comum Curricular (2018), Lei 13.415 (2017), Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2018) e o Guia de Implementação do Novo Ensino Médio (2018). Fez-se fundamental buscar subsídios e compreensões nesses documentos para podermos atuar de forma qualificada no âmbito da pesquisa.

Finalizado o primeiro semestre, nos dedicamos, portanto, a identificar os elementos considerados centrais para análise da conjuntura escolar, pelo levantamento dos itens considerados relevantes nos documentos analisados. Chegamos, coletivamente, aos seguintes pontos:

PONTOS DE ANÁLISE
Estrutura Física
Gestão e Projeto Político Pedagógico
Corpo Docente
Estudantes
Gerência de Educação
Comunidade e Cultura Escolar

Cada ponto de análise foi desdobrado por um Grupo de Trabalho, reunindo de 4 a 5 acadêmicos por tema. A partir dos grupos e temas definidos, elencamos os pontos que seriam fundamentais para a análise, estruturando um Plano de Ação que objetivou encontrar os melhores caminhos para o alcance dos objetivos. Cada Grupo de Trabalho, portanto, definiu caminhos

metodológicos distintos, seguindo, no entanto, os objetivos coletivos tratados pelo grupo, inicialmente. Após finalização dos Planos de Ação, partilhamos com as escolas a indicação de um calendário de ações previstos entre os dias 26 de agosto à 20 de setembro de 2019. As visitas foram registradas a partir de ficha de concordância entre a pesquisa e as escolas. O calendário de visitas as escolas ficou assim definido:

DATA	PERÍODO	TEMA/AÇÃO
<u>27/08</u>	Vespertino	G5 – Gerência de Educação
<u>30/08</u>	Matutino	G6 – Escuta aos estudantes
<u>04/09</u>	Vespertino	G4 – Corpo Docente
<u>11/09</u>	Matutino	G1 – Estrutura Física e Material Pedagógico
<u>12/09</u>	Matutino	G2 – Projeto Político e Pedagógico e Gestão Escolar
<u>18/09</u>	Matutino	G3 – Comunidade e Cultura Escolar
<u>27/08</u>	Vespertino	G5 – Gerência de Educação

DATA	PERÍODO	TEMA/AÇÃO
<u>02 e 03/09</u>	Vespertino	G4 – Corpo Docente
<u>30/08</u>	Matutino	G6 – Escuta aos estudantes
	Vespertino	G5 – Gerência de Educação
<u>06/09</u>	Matutino	G2 – PPP e Gestão Escolar
	Vespertino	G1 – Estrutura Física e Material Pedagógico
<u>11/09</u>	Vespertino	G4 – Corpo Docente
<u>13/09</u>	Manhã	G6 – Escuta aos estudantes
<u>16/09</u>	Manhã	G3 – Comunidade e Cultura Escolar

Com o retorno do material coletado, chegou o momento de articular os resultados dos grupos, definindo unidades de análise gerais, que se mostraram relevantes nas falas, indiferente dos temas abordados. Inicialmente, em roda de conversa, os acadêmicos tiveram a oportunidade de expressar suas considerações sobre os aspectos observados, compreendendo a escola como síntese de inúmeras dimensões. Do diálogo, foi possível avançar para uma análise total da escola, evidenciando, principalmente as contradições necessárias e presentes no contexto escolar.

Após diálogo, buscando suporte nos subsídios teóricos aprofundados no início do semestre, os acadêmicos iniciaram a escrita da contextualização e

análise dos dados, vislumbrando a estruturação de dados que contribuam para uma reforma que não perca de vista os alunos, professores e comunidade escolar. Os dados serão apresentados a seguir.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA E RESULTADOS OBTIDOS: ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GOVERNADOR HERIBERTO HÜLSE

2.1 Sobre o Espaço Físico

Imagem 1 – Fachada da escola



Fonte: próprios autores

As dez salas de aula que a escola possui estão em bom estado no seu interior, com boa iluminação e carteiras e mesas em condições adequadas. Três dessas salas passaram por reforma recentemente e estão em ótimo estado. Algumas possuem ar-condicionado, mas a maioria deles não está funcionando, sendo assim, essas salas contam somente com um ventilador em funcionamento, o que poderia afetar o desempenho dos alunos em dias com temperaturas elevadas.

Imagem 2 - Sala de aula



Fonte: próprios autores

A escola possui um laboratório de ciências muito bem equipado e organizado. Sendo que, além de possuir uma variedade de materiais para uso dos alunos, o local ainda conta com um profissional para orientar as atividades propostas. Consideramos este um ótimo local, e que se bem explorado, poderá ser de grande importância para os alunos que optarem por esse itinerário formativo, ou formações vinculadas a área.

Imagem 3 – Laboratório de Ciências



Fonte: próprios autores

A escola possui também um laboratório de informática, sendo o local bem amplo e com vários computadores. Porém, apuramos que mais da maioria desses computadores não podem ser usados pelos alunos, pois os mesmos não funcionam. Por isso, sabendo da importância dos computadores na aprendizagem, nos

questionamos: será que escola não recebe subsídios para fazer a manutenção dessas máquinas? Destacamos também que este espaço está servindo como um depósito de carteiras, que se encontram empilhadas nos cantos da sala. Somando esses fatos, concluímos que o laboratório não está sendo devidamente utilizado pela escola e consideramos o laboratório de informática fundamental para a formação técnica e profissional dos alunos na nova organização curricular.

Imagem 4 – Laboratório de informática



Fonte: próprios autores

A biblioteca da escola não possui um grande espaço e, conseqüentemente, tem um número reduzido de livros, materiais pedagógicos, mesas e cadeiras. O fato de o local ser pequeno acaba prejudicando a organização dos livros e dificulta na hora de encontrar os materiais desejados pelos alunos em suas referentes pesquisas. O ambiente precisa ser ampliado para melhorar não só o espaço, mas também na quantidade e qualidade dos materiais pedagógicos. Também foi relatado em entrevista, o desejo da comunidade escolar em ter uma biblioteca maior na escola. Portanto, entendemos que uma ampliação da biblioteca seria fundamental. A escola tem consciência disso e aguarda subsídios para realizar a ampliação no ambiente.

Imagem 5 - Biblioteca



Fonte: próprios autores

A sala de artes é bem organizada e conta com vários materiais disponíveis para a produção dos alunos. Porém, hoje esse local é utilizado apenas pelos alunos do Ensino Médio Inovador (EMI), sendo que a utilização desse espaço poderia beneficiar na aprendizagem e produção dos demais alunos da escola e, conseqüentemente, nos novos alunos que irão surgir após a nova organização do currículo do Ensino Médio.

Imagem 6 – Sala de Artes



Fonte: próprios autores

A escola conta ainda com uma sala de grêmio estudantil, que é utilizada também como sala de convivência. Esse local é confortável, bem arejado e climatizado. Consideramos um ótimo local para interação dos alunos.

O campo de futebol é um espaço bem amplo, porém, poderia ser melhor cuidado, pois grande parte do campo não possui grama, as traves não tem redes, além de não ter linhas de marcação, parecendo assim, ser um espaço abandonado. A quadra poliesportiva é descoberta, o espaço é o mais utilizado nas aulas de Educação Física, porém, o piso da quadra é bem irregular, o que pode ocasionar em algum acidente e colocar a integridade física dos alunos em risco. Outro detalhe importante, em relação à quadra é que a mesma não possui iluminação e esse espaço não é utilizado no período noturno. Com isso, os alunos desse período utilizam o pátio da escola para realizar as atividades de Educação Física. Evidencia-se que esse espaço necessita de reforma e melhorias para atender as demandas formativas na Educação Básica.

Imagem 7 – Campo de Futebol



Fonte: próprios autores

Imagem 8 – Quadra de Esportes



Fonte: próprios autores

Em relação ao refeitório, o espaço é bem organizado, limpo e climatizado. Concluímos, que o espaço se adequa a nova demanda de alunos. Não tivemos acesso à cozinha, mas em conversa com membros da escola, os mesmos relataram que a merenda escolar e cozinha são terceirizadas.

Imagem 8 – Refeitório



Fonte: próprios autores

A sala dos professores possui boas instalações. A sala é ampla e arejada, além de contar com sofá, mesa para refeição, cadeiras, banheiros, internet, e conforto para os professores, causando sensação de tranquilidade para os profissionais que utilizam esse espaço.

Imagem 9 – Sala dos professores



Fonte: próprios autores

Em relação à parte exterior da escola, a mesma possui estacionamento dentro de suas dependências. Vale ressaltar a ótima localização da escola, que fica próxima a um terminal central de ônibus, sendo então de fácil acesso. Já no que se refere à acessibilidade, apesar de possuir rampas de acesso a todos os lugares da escola, os pisos são muitos irregulares e precisam de melhorias para facilitar a locomoção das pessoas deficientes. Importante destacar também que a escola possui um banheiro adaptado para cadeirantes.

Contudo, no aspecto visual e estrutural a escola apresenta vários problemas, tais como rachaduras nas paredes, telhados caindo e com goteiras, além dos pisos irregulares e cheios de buracos. A escola também carece de uma pintura geral e melhoria em sua fachada.

Por fim, conforme analisamos, concluímos que a escola não está pronta para atender as necessidades dessa implementação, pois precisa de uma grande reforma e várias melhorias na sua parte estrutural. Além do que também, evidenciamos que a escola possui muitos questionamentos referentes ao Novo Ensino Médio, no que diz respeito ao entendimento do que a escola realmente precisa para atender a implementação e sua finalidade. Evidencia-se que a escola aderiu ao novo ensino

médio e aceitou ser uma escola piloto em busca de recursos e investimentos, não só para uma reforma geral, como também na esperança de atrair novos alunos.

2.2 Sobre o PPP e a Gestão Escolar

Nosso eixo tem como ponto de partida o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola de Educação Básica Governador Heriberto Hulse. Para tanto, toma-se como fundamentação teórica a Teoria Histórico-Cultural (THC), base teórica que orienta a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC, 2014). Alguns outros documentos também foram analisados, tais como: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Guia de Implementação do Novo Ensino Médio.

Ao estudar o PPP da escola, notou-se que este afirma estar embasado na concepção histórico-cultural, mas também assume como base a teoria socio-interacionista. Segundo Duarte (2000), a tendência sociointeracionista, no Brasil, tem uma grande semelhança com a abordagem cognitivo-interacionista de Bauersfeld. O autor ainda afirma que para essa visão, toma-se como foco as “interações entre o processo de construção individual e a microcultura da sala de aula” (DUARTE, 2000, p. 98). Melhor dizendo, focalizam o aspecto individual do aluno, no seu contorno social e no cotidiano, que por sua vez, é contrária ao que a THC admite.

Neste contexto, entende-se como equívoco o último termo utilizado para expressar a teoria defendida pelo PPP e neste viés, acredita-se que o documento somente adote a THC. Em continuação, na entrevista com gestores, a escola afirma conseguir conciliar a prática pedagógica com o PPP e para isso, considerou que o contato entre os professores permite a conciliação. Isso indica que o entendimento em relação a essa articulação se dá por meio dos professores de diferentes disciplinas debatendo de modo interdisciplinar em relação à escola.

Porém, ainda que seja importante esse contato entre os professores, é preciso que ocorra uma fundamentação daquilo que é tratado por eles, ou seja, para promoção efetiva da interdisciplinaridade devem-se considerar as especificidades de cada uma delas. Além disso, conforme Santa Catarina (2014, p. 27), outros pontos devem ser considerados, tais quais

[...] superação do etapismo no percurso formativo; escolhas teórico-metodológicas, de conhecimentos e de experiências significativas para

compor o percurso formativo e que mobilizem os sujeitos para a aprendizagem; reconhecimento da diversidade de identidades e de saberes como condição político-pedagógica para o desenvolvimento da Educação Básica; ampliação de espaços de autonomia intelectual e política dos sujeitos envolvidos nos percursos formativos; exploração das interfaces entre os saberes, dos entre-lugares, das redes, das coletividades como lócus geradores de conhecimento; democratização da gestão dos processos educativos pela valorização e fortalecimento do trabalho coletivo.

Notou-se também na entrevista, a existência de uma grande expectativa positiva em relação à reforma do Ensino Médio. Segundo os entrevistados, essa reforma trará avanços e propiciará mais oportunidades e qualidade de ensino aos alunos, pois já sentiam a necessidade de uma mudança. Para estes, a principal necessidade é fazer com que o aluno permaneça no ambiente escolar, pois com o decorrer dos anos a evasão tem-se intensificado. Um dos motivos dessa saída, segundo a gestão, é a vontade dos alunos de adentrar ao mercado de trabalho, esperando que, a partir dos itinerários formativos, essa questão seja resolvida.

Os itinerários formativos são organizados por áreas de conhecimento e formação técnica e profissional (BRASIL, 2018). A gestão entende que, como os próprios alunos escolherão os itinerários oferecidos por meio de um formulário, estes já estão focados em seus interesses, além de proporcionarem mais liberdade para escolha do que estudar. Para os cursos *profissionalizantes*, realizou-se uma pesquisa com algumas escolas no intuito de saber o interesse dos alunos, e como resposta se obteve **Administração e Informática**. Eles entendem que a formação técnica e profissional oportunizará aos alunos, uma maneira, para quando os alunos se formarem, ingressem no mercado de trabalho, dando a eles uma formação que possibilite isso. No entanto, a PCSC defende uma educação integral que torne “evidente a busca por uma formação que considere a emancipação, a autonomia e a liberdade como pressupostos para uma cidadania ativa e crítica, que possibilite o desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento e da cultura.” (SANTA CATARINA, 2014, p. 26).

Deve ser lembrado também que, na THC, a educação consiste no ato de apropriar-se de conjuntos culturais constituídos historicamente pela humanidade, com o papel de formar o ser humano, e isso acontece na escola. Com a inserção de cursos profissionalizantes, esta deve ter cuidado para não tornar o trabalho como foco no ensino. Visto que “a alienação presente no processo produtivo transforma o trabalho em atividade que esvazia o homem, [...], sem poder, por via de regra,

dedicar-se às atividades enriquecedoras do seu psiquismo” (LEAL E MASCAGNA, 2017, p. 223).

Ao decorrer da entrevista, percebeu-se que há ainda muitas “interrogações” quanto ao Novo Ensino Médio. A instituição ainda não possui uma visão de como acontecerá esses itinerários e sua percepção é muito idealizada, pois estes entendem que ofertando os dois itinerários profissionalizantes atenderá toda a demanda de alunos. Percebeu-se também, que há muitas incertezas em relação a esta mudança e de que modo o PPP será atualizado para suprir as necessidades do Novo Ensino Médio, baseado na THC.

Outra dificuldade encontrada pela gestão foi a elaboração do projeto para a reforma no ensino devido ao curto prazo para organização, que ocorreu nos meses de maio e junho de 2019. Pode-se considerar que, mesmo após a elaboração do projeto, é perceptível a necessidade de estudos referentes aos documentos que estruturam a educação básica e a reforma do ensino médio, tanto por parte da gestão, quanto pelo corpo docente.

A gestão afirmou que, por se tratar de algo novo, o Novo E.M. passa por uma fase de resistência. Eles também se preocupam com a contratação de profissionais, visto que a maioria é ACT (Admissão de Professores em Caráter Temporário) e não existe a garantia de que os professores que estão passando por formações neste ano, serão os mesmos que atuarão na implantação do Novo Ensino Médio.

Ao questionar sobre a idade dos alunos para escolher uma formação técnica, afirmaram sentir preocupação com essa escolha precoce, pois não se tem certeza de que os alunos terão maturidade para decidir, ou, acontecerá apenas por influências. Porém, para isso, a escola pretende ofertar o Projeto de Vida aos alunos, para que esses tenham apoio e base para decisões.

Entretanto, segundo as autoras Leal e Mascagna (2017)

São muitas as considerações a se fazer nesse processo de escolha, e geralmente muitas delas permanecem no plano da fantasia, daquilo que o adolescente concebe sobre seu futuro profissional e do que espera que seja contemplado nesse futuro, muitas vezes influenciado pelo prestígio que a profissão expressa socialmente (LEAL; MASCAGNA, p. 225, 2017).

Por fim, na questão com as tecnologias, os gestores afirmam que não há preparo para isso, e que há necessidade em relação à formação de professores para prática da EAD, possibilitada com o Novo EM. Outra preocupação também é se

os alunos conseguirão ter acesso a essas aulas, pois, segundo os entrevistados, o EAD terá como foco completar a grade noturna, que ainda não foi planejada.

2.3 Sobre a Comunidade e a Cultura Escolar

Pela análise desenvolvida sobre a comunidade escolar percebe-se que o mesmo está sendo visto de forma positiva pela comunidade que medeia o espaço da escola. Sabem que não será de uma hora para outra que este “novo” ensino médio estará presente nas escolas, sem contar de que o modo de como será implantado este sistema é desconhecido e isto torna a comunidade escolar ansiosa e duvidosa. Então, podemos nos questionar se realmente esta nova proposta para a educação é construtiva e se realmente virá para melhorar a educação pública.

A nova proposta do ensino médio precisa ser mais divulgada e explicada pelo poder público à comunidade, pois evidenciamos um desconhecimento grande sobre o que ela é, e como funcionará. Através da análise feita pelo grupo responsável pela comunidade escolar, foi identificado nas respostas dos entrevistados que esta nova proposta do ensino médio, na perspectiva dos mesmos, envolverá os educandos ainda mais no recinto escolar, aprimorando mais seus conhecimentos. Reforça-se, portanto o fortalecimento de mais projetos estudantis e oficinas para a preparação dos alunos, como sugestão da comunidade. Por outro lado, alguns entrevistados disseram que a reforma do ensino médio não trará contribuições aos alunos e nem a comunidade, pois de certa forma a escola não tem suporte para melhorar a qualidade de ensino e que isto seria uma perda de tempo.

Percebemos que as informações sobre o ensino médio ainda estão bem conturbadas, pois no que foi visto perante as entrevista foi uma comunidade escolar que por sua vez não tinha embasamento de informações, e até mesmo algumas pessoas sem interesse sobre o assunto tratado, preservando o seu local de trabalho, querendo manter o modelo de educação atual, pois estão com medo do novo, de que está nova proposta não funcione como o esperado.

É de suma importância o envolvimento da comunidade escolar para que possamos ter cidadãos mais críticos sobre esse assunto, para justamente ter conteúdo próprio para que possamos lutar para melhorar o ensino médio. Conforme analisado em um todo, observamos que o novo ensino médio ainda é muito vago, muitos alunos ainda têm muitas dúvidas no assunto, professores que não sabem

exatamente o que vai acontecer de verdade e principalmente a comunidade, que se encontra com muitas dúvidas no assunto.

Hoje podemos dizer que o ensino médio atual, encontra-se com muitas falhas, e precisa sim ser melhorado. Grande parte dos jovens estão fora das escola, em busca de trabalho para poder gerar renda (seja própria ou para sua família). E quando perguntamos para os pais, alunos e comunidade em geral, quase sempre vem na cabeça este assunto, em que os jovens poderão escolher as matérias em que eles acham que iram seguir no futuro, e cursos técnicos para posteriormente conseguirem um emprego melhor, visando o mercado de trabalho. Sendo assim, precisamos também de escolas equipadas para acolher todas as necessidades dos alunos e do novo sistema, com ótimas estruturas e ótimos profissionais para realmente fazer acontecer de forma exemplar.

Mas este assunto precisa ser mais trabalhado, de forma mais clara e específica para todos, para que possamos entender todas suas melhorias e falhas, para quando for colocado em prática, todos saberem como realmente vai funcionar, pois com todos os envolvidos conhecendo mais a fundo sobre o assunto, ele pode fluir de uma maneira mais eficaz em todos os sentidos.

2.4 Sobre o Corpo Docente

Mediante ao exposto no dia da roda de conversas com o corpo docente, percebe-se um afastamento ao que se refere o Novo Ensino Médio e BNCC. O questionário elaborado previamente com intuito de mediar à conversa, encaminhou-se para outro rumo. Não havia obrigatoriedade na rigidez de seguir as perguntas, entretanto, perceber que as dúvidas dos pesquisadores eram dúvidas ainda maiores para os professores e as professoras ali presentes, revela parcialmente a angústia de todos sobre os encaminhamentos do que está por vir.

Por outro lado, as inquietações do corpo docente, remete a escassez de formação continuada. Embora se sabe que os professores já tiveram um primeiro contato com formação sobre a BNCC, a incerteza nas respostas ou no silêncio ensurdecador em muitos momentos, quanto os itinerários formativos, a suas áreas de conhecimento, remete a um considerável afastamento por parte de alguns quando sobre o documento.

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa

valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas (NÓVOA, 1992, p.16).

É válido ressaltar sobre as responsabilidades quanto às formações referentes ao Novo Ensino Médio e BNCC, devem ser oportunizados pela escola e Regional de Educação por meio de políticas públicas que abarquem as necessidades do ensino público, ao mesmo que as informações estão disponíveis e de fácil acesso para estudo dos professores e professoras. As pesquisas também podem ser continuadas e incorporadas para ampliação de repertório do profissional com sua área de conhecimento, a fim de se aprofundarem com conteúdos essenciais para sua prática pedagógica. Logo, Coutinho (2003, p. 158), supõe que “a formação do professor se intensifica a medida que ele se defronta com as situações reais de ensino e aprendizagem. Faz parte intrínseca de sua profissionalidade a reflexão e a pesquisa contínua”. Neste caso, a situação real é quanto a implementação do Novo Ensino Médio que está posta e datada para o próximo ano letivo de 2020.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 14).

Contudo, foi perceptível a insegurança em alguns docentes que avaliam um *déficit* de pontos norteadores para o início do próximo ano letivo. Alegam um grande desafio lidar com a mudança, ao mesmo que não possuem perspectivas sobre o novo - positivas e/ou negativas.

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional (NÓVOA, 1992, p.14).

As preocupações acerca da Escola de Educação Básica Heriberto Hülse tem maior proporção, considerando ser uma escola piloto do Novo Ensino Médio e a única da Regional de Educação de Criciúma. Uma escola que dará início às significativas transformações para educação.

2.5 Sobre a Gerência de Educação de Criciúma

Na 20ª Região Regional de Educação de Criciúma (GERED), realizamos uma entrevista com a supervisora que assume o cargo desde fevereiro de 2019. Para não revelar a identidade da supervisora, ao longo do texto me referirei a ela, como Flor.

A referida análise se dá por meio das discussões que envolvem o novo Ensino Médio (EM) e sua implementação, a partir do objetivo de perceber através dessa entrevista, de que forma a GERED está se organizando para implementar o novo Ensino Médio no município de Criciúma e investigar a oferta de cursos técnicos para essas escolas, compreendendo também como se dará a contratação desses profissionais para área da Educação.

Flor foi muito atenciosa em nos receber para dialogar a respeito da reforma do Ensino Médio, esclarecendo algumas curiosidades e problematizando outras questões que ainda lhes incomodam. Baseamos nossas perguntas voltadas a Escola de Educação Básica Heriberto Hülse, escolhida para se tornar o modelo a ser seguido posteriormente por outras escolas que aderirem à reforma do novo Ensino Médio.

Com base no pensamento de que as escolas possuem o prazo de quatro anos para implementação do novo EM, podemos perceber como há falta de diálogos entre a GERED e as escolas do município, preocupando-se então neste momento em apenas um lugar. Deste ponto de vista, já começa se partir de uma problemática: onde estão os diálogos com as gestoras dessas outras escolas?

Ao longo de nossas discussões, ficou bastante claro que os alunos e professores não estão compreendendo ainda a reforma. Através de Flor, somos comunicados de que estes mesmos professores são precursores de um grupo de estudos no município para estudar tal reforma, que vem sendo bastante discutida e pouco compreendida. Interessante pensar nestes profissionais que se colocam a dispor em horas vagas para reuniões acerca da implementação, pois se estes apenas aguardassem por futuras formações sobre o assunto num futuro próximo à implementação obrigatória, muitas coisas levariam tempo a dar certo. Não basta a teoria estar perfeita, os profissionais que estão sendo pensados para esta teoria, precisam estar cientes e preparados para lidar com um novo itinerário e uma nova rotina na instituição.

Contemplando o itinerário formativo de acordo com a realidade de cada espaço, nos foi apresentado que o Heriberto Hülse é uma escola que possui estrutura, necessitando apenas de alguns reparos e ampliação da sua estrutura, como por exemplo, na construção de uma quadra coberta. Para pensar a formação técnica e profissional, está sendo levado o Centro de Educação Profissional Abílio Paulo (CEDUP) para a escola com o curso técnico, além de estarem realizando parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Os gestores estão em contínuo acompanhamento de palestras e reuniões para obterem mais informações, realizando questionários socioeconômicos e analisando quais serão as demandas necessárias. Flor nos diz que, recentemente participaram de uma reunião em Chapecó para o debate sobre o novo EM e para o acompanhamento das gerências. Flor relata que continuará na supervisão, com auxílio de monitores para realizarem visitas e participarem de reuniões juntamente com ela.

Continuam em processo de análise para novas parcerias com cursos modificados e diferenciados, pois nas pesquisas realizadas em sala de aula, obtiveram uma grande porcentagem de votos nos cursos técnicos de tecnologia e administração e, no ano de 2020, gostariam de novas oportunidades distintas para que não ocorra o risco de falta de demanda e oportunidade para os alunos.

Penso que a oferta dos cursos profissionalizantes não será uma problemática se houver uma ampla gama de ofertas, mas se pensarmos no levantamento feito pela GERED para verificar a maior procura dos alunos, é preocupante pensar numa formação para um mercado que se encontra saturado. Se o EM, de acordo com a reforma e o novo itinerário, aumentará a carga horária e tempo de formação, ele deve proporcionar aos estudantes o máximo de escolhas possíveis para construção do seu percurso formativo, devendo-se levantar as problemáticas do pouco mercado que possuímos com a grande leva de profissionais que estarão surgindo nesse entremeio.

A BNCC apresenta no documento a seguinte informação:

Os sistemas de ensino e as escolas devem construir seus currículos e suas propostas pedagógicas, considerando as características de sua região, as culturas locais, as necessidades de formação e as demandas e aspirações dos estudantes. Nesse contexto, os itinerários formativos, previstos em lei, devem ser reconhecidos como estratégicos para a flexibilização da

organização curricular do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha aos estudantes. (BRASIL, 2019, p. 471)

Nessa perspectiva de oferta e escolha, me preocupa, em longo prazo, a formação de estudantes diante de um mercado saturado. Será que um adolescente em seus 15 anos realmente já sabe o caminho e os objetivos a serem alcançados em sua vida? Podemos pensar pelo viés de que, existem indivíduos que chegam na universidade. Nisso devemos pensar na identidade do sujeito moderno, seus modos, costumes, modo de agir e falar, eles vão se moldando, construindo e desconstruindo a cada dia, principalmente quando se é jovem. O sujeito está em constante transformação ao encontro de sua identidade, se construindo enquanto ser racional e social na sociedade.

Assim, a BNCC propõe a:

[...] superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. (BRASIL, 2019, p. 15)

No entremeio há estes questionamentos, Flor nos conta que o SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), podem realizar cursos de curta duração (40h/80h), para estes alunos estarem experienciando algumas áreas ao encontro da vocação. Mas não senti que isso realmente poderia acontecer. Outro ponto que ainda causa angústia para os gestores é o de como completar a carga horário de 1.000h para este aluno que estará no EM no turno noturno, pois ainda irá faltar 200h para fechar o percurso formativo. Para isto, está sendo pensando em uma carga horária de Ensino à Distância (EAD) para estes alunos. Algo que percebo como uma grande problemática, a inserção de uma carga EAD já inserida no percurso formativo do estudante do Ensino Médio.

Para Flor, a formação dos professores está sendo o maior desafio. Segundo ela, a maioria dos professores está despreparada para encarar uma sala de aula. Ela enfatiza que no Ensino Superior ficam muitas lacunas, dúvidas e acabam recebendo professores não aptos para a prática. Existem pessoas que não possuem formação e acabam estando mais aptos para a área que os profissionais graduados, sendo assim, o novo EM, terá preferência para professores efetivos com projetos e carga horária de 40h.

Agora com o aumento anual de 200h, Flor relata um sentimento de medo da teoria não dar certo com a prática, pois *os professores não estão preparados para servirem de exemplos para seus alunos*. Destaco a fala da Flor como um problema que vem a ser contraditório, afinal, o que é seguir de exemplo para seus alunos entre a reforma e a preparação do profissional?

De acordo com a quantidade de alunos na escola, o governo está liberando uma verba para ser administrada. Flor relata que metade do dinheiro já se encontra disponível na conta da instituição e a administração desta fica com um determinado percentual para reparos, compra de materiais para o expediente e 20% para formação de professores. Anualmente a escola irá receber um valor.

2.6 Sobre os Estudantes

Ao enunciar sobre o Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diz que, com relação aos jovens, cabe à escola

[...] assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos (BNCC, 2017, p. 463)

Existe uma ênfase da BNCC no protagonismo da juventude no Ensino Médio, adotando para isso a “flexibilidade como princípio de organização curricular” (BRASIL, 2017, p. 468). Nesse sentido, as conversas realizadas com os estudantes e os questionários podem auxiliar na elaboração de itinerários formativos que respeitem os interesses dos alunos e garantam o seu protagonismo na implantação do Novo Ensino Médio.

Nessas conversas foi possível perceber que a escola é por eles pensada numa relação com o mundo do trabalho. Essa relação já aparece na discussão quanto ao papel da escola: um dos pontos levantados é a preparação profissional. Sendo assim, é importante discutir os itinerários formativos do Novo Ensino Médio respeitando a percepção dos alunos quanto à carreira e mercado de trabalho. Segundo a LDB (1996), uma das finalidades do Ensino Médio é

A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (LDB, lei nº 9.394, 1996, Art. 35, inciso II)

No entanto, é importante lembrar que a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (PCSC) baseando-se numa concepção histórico-cultural, visa uma formação que busque a “emancipação, a autonomia e a liberdade como pressupostos para uma cidadania ativa e crítica, que possibilite o desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento e da cultura” (SANTA CATARINA, p. 26, 2014). Portanto, mais que uma formação para o mundo do trabalho, a PCSC (2014) busca uma formação humana integral. Tal ponto de vista é sustentado também pelos estudantes, que relataram nas rodas de conversa, outros papéis para a escola, como transmissão de conhecimento, preparação para a vida e desenvolvimento de habilidades e de autonomia de pensamento.

A preparação para a entrada no ensino superior (vestibulares ou ENEM) também é vista pelos estudantes como função da escola. Conforme a LDB (1996), uma das finalidades do Ensino Médio é “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos”.

Portanto, se sobrepõem, para os estudantes, três temas principais quanto ao papel da escola: (1) formação profissional para o mercado de trabalho; (2) preparação para o ingresso e permanência no ensino superior, (3) transmissão do conhecimento humano de maneira mais ampla. Sendo assim, é necessário pensar os itinerários formativos do Novo Ensino Médio em concordância com concepção de desenvolvimento humano pleno, dentro do percurso formativo da PCSC (2014) e em diálogo com os interesses estudantis.

Há ainda um agravante na relação escola e mundo do trabalho, para os estudantes. Com o aumento progressivo da carga horária do Ensino Médio, muitos alunos que trabalham em meio período, seriam obrigados a abandonar os estudos ou aderir ao ensino noturno. Essa alegação se confirma nos questionários, com relação ao turno que os alunos escolheriam. A maioria dos alunos que já frequentam o Ensino Médio optaria pelo turno matutino (55%). Essas informações expõem uma contradição, pois, segundo Kuenzer (2017), é impossível para o jovem que trabalha permanecer sete horas diárias na escola, ao mesmo tempo em que é seu direito receber uma educação de qualidade.

As repostas obtidas dos alunos ajudam a pensar a elaboração de itinerários formativos. Nos questionários, mais de dois terços dos estudantes de Ensino Médio

ou 9º ano de ensino fundamental responderam que gostariam de cursar algum tipo de formação técnica ou profissional durante o Ensino Médio. Isso reitera uma preocupação dos alunos com o mercado de trabalho. Nas rodas de conversa, os alunos foram perguntados sobre possíveis áreas nas quais gostariam de aprofundar os estudos durante o Ensino Médio e as áreas mais citadas foram **administração e informática**. É importante lembrar que a BNCC (2017) visa um equilíbrio entre os interesses dos estudantes e as condições e contextos locais:

Assim, a oferta de diferentes itinerários formativos pelas escolas deve considerar a realidade local, os anseios da comunidade escolar e os recursos físicos, materiais e humanos das redes e instituições escolares de forma a propiciar aos estudantes possibilidades efetivas para construir e desenvolver seus projetos de vida e se integrar de forma consciente e autônoma na vida cidadã e no mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p. 478)

Portanto, é preciso levar em consideração os interesses estudantis, manifestados nas respostas obtidas nas rodas de conversa e verificar o contexto local, avaliando indicadores como empregabilidade e projeções de futuro para a região, além das condições materiais necessárias para a manutenção de determinados cursos. Isso é fundamental para garantir o acesso ao ensino técnico ou profissional com qualidade e perspectiva de futuro.

Também é importante pensar essa formação profissional em conformidade com os pressupostos teóricos da PCSC (2014), que prevê uma formação integral do sujeito, um desenvolvimento humano omnilateral. Isso significa que a escola deve estar atenta para o “desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, sejam elas físicas/motoras, emocionais/afetivas, artísticas, linguísticas, expressivo-sociais, cognitivas, dentre outras” (SANTA CATARINA, p.3, 2014).

Segundo os pressupostos teóricos da PCSC (2014), o desenvolvimento humano se dá na história pelas relações sociais e pelo trabalho. Portanto é necessário pensar os processos educativos envolvendo duas frentes: a reflexão teórica e a ação na realidade concreta. É importante destacar que, segundo Kuenzer (2017), diferente da concepção de aprendizagem flexível, as percepções baseadas no materialismo histórico exigem uma reflexão teórica para pensar a prática para além dela mesma. Conforme Santa Catarina (2014), para a formação integral do sujeito é preciso que haja uma reflexão teórica para além dos conceitos cotidianos, apreendendo conceitos sistematizados. Assim, torna-se necessária a intervenção

pedagógica buscando atividades que visem as [...] características fundamentais e diferenciadoras das funções superiores da consciência: a intelectualização (pensamento teórico) e o domínio, ou seja, a tomada de consciência e a voluntariedade. (VYGOTSKI, 1993 apud SANTA CATARINA, 2014, p. 37).

Portanto, conforme Kuenzer (2017) é preciso ultrapassar a visão pragmática e presentista a respeito do Ensino Médio. Visão essa que obriga a escola a pensar seus processos educativos em concordância com a lógica de mercado mais momentânea. Ainda se tem o respaldo da opinião dos alunos, quanto ao papel da escola de transmissão do conhecimento e de desenvolvimento do pensamento autônomo, e da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), que visa à formação integral. Por tudo isso, é necessário que a formação técnica ou profissional seja pensada dentro da visão de desenvolvimento omnilateral do sujeito.

Nesse sentido, para levar a uma formação integral, a escola deve, nos processos de aprendizagem, promover o contato com as diferentes áreas do conhecimento humano, “haja vista que a realização de uma dada atividade não promove o desenvolvimento de todas as capacidades humanas” (SANTA CATARINA, p. 38, 2014).

Questões de ordem mais material também foram levantadas pelos alunos nas rodas de conversa. A necessidade de espaços esteticamente agradáveis e de quadra coberta e a adequação do cardápio foram pontos enfatizados pelos alunos nas conversas. A educação, não pode ser pensada de maneira abstrata, mas sim ligada à realidade, ao mundo vivenciado pelo aluno. Nesse sentido, os aspectos materiais são fundamentais para o êxito do processo de aprendizagem.

É preciso olhar a escola como um conjunto arquitetônico educativo e reconhecer espaços transformados em pedagógicos. Que seja o pátio, ou o refeitório, a sala de artes, o salão de exposições, ou bosques que amparem espaços de pesquisa ou contação de histórias, muros que se transformam em murais etc. (SANTA CATARINA, 2014, p. 43).

A questão da orientação profissional também foi levantada pelos alunos. Tanto nas rodas de conversa como nos questionários ficou evidente a necessidade de um trabalho profissional nessa área. O aluno, como sujeito em formação, precisa ser auxiliado pela escola nessas questões. A maioria das repostas dos questionários pedem por um profissional trabalhando o projeto de vida dos estudantes, e nas rodas de conversas os alunos sugeriram o apoio de psicólogos.

Cabe ressaltar que a BNCC (2017), ao enfatizar o protagonismo da juventude, orienta para que as escolas ajudem os estudantes a pensar seu projeto de vida, especialmente com relação à carreira profissional. Pensar essa organização é fundamental para suprir essa necessidade tão evidente de orientação para a profissão, num contexto em que a escolha ocorre cada vez mais cedo. Sendo assim, se faz necessário que a escola ofereça um acompanhamento ao aluno, com vistas a orientá-lo nas decisões de carreira profissional.

Cabe lembrar, no entanto, que é difícil pensar a formação do projeto de vida sem que o aluno tenha contato com as variadas áreas de conhecimento. Assim a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) recomenda que no processo de aprendizagem o aluno possa conviver com diferentes áreas do saber, e ainda desenvolver seus valores. Portanto, é fundamental que a construção do projeto de vida também se dê dentro da ideia de formação integral do sujeito.

Indicativo sobre os ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Por fim, dialogando os diversos eixos evidenciados por essa pesquisa, principalmente pelo diálogo com gestores, professores e alunos, evidencia-se uma preponderância de uma formação voltada ao campo **ADMINISTRATIVO** e da **COMPUTAÇÃO**. Em conversa com os alunos, essa perspectiva formativa também se fez evidente, principalmente pela compreensão dos alunos de que a possibilidade de desenvolvimento desses percursos depende da disponibilidade de espaço e condições materiais para que a formação ocorra. Essa escolha também aparece na fala dos professores pela análise das possibilidades de emprego locais, pensando administração e computação como espaços de atuação flexíveis e abrangentes. No entanto, cabe reforçar que a escolha desses itinerários também apresenta para a escola a necessidade de melhorias da estrutura física, principalmente do laboratório de informática, tão importante para ambos os eixos.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA E RESULTADOS OBTIDOS: ESCOLA DE ENSINO MÉDIO GOVERNADOR ILDO MENEGHETTI

3.1 Sobre o Espaço Físico

Na escola em análise identificamos que a estrutura física é composta por sete salas de aula, sendo todas elas arejadas, com iluminação adequada e as carteiras apropriadas para a acomodação dos estudantes (figura 1). Além disso, destacamos que em apenas três salas existem ar condicionado, as outras salas são compostas por ventiladores de parede. Sendo assim, ressaltamos que em dias com temperatura elevada, se faz necessário que todas as salas estejam adequadas, a fim de proporcionar aos alunos um conforto que os auxilia na aprendizagem.

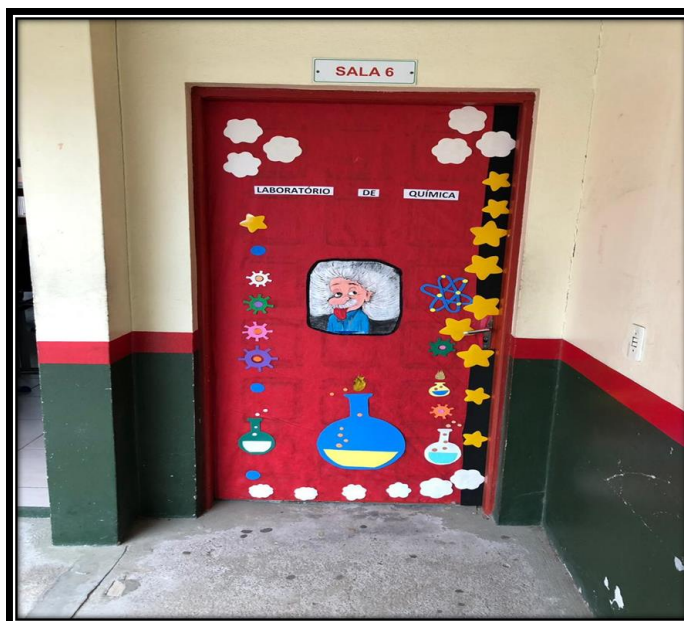
Figura 10 – Sala de aula



Autor: Elaboração dos autores, 2019

A escola também possui um laboratório de Química (figura 2), isto é, uma sala de aula adaptada para o processo de ensino e aprendizagem de Química. A essa sala não conseguimos ter acesso e, por consequência, informar a sua estrutura interior, pois recebemos a informação de que a chave da sala fica com a professora que leciona Química, com a justificativa de o espaço ter materiais da própria professora que são armazenados nesta sala e de uso exclusivo da mesma. Isso nos levou a elaborar o questionamento: A escola não recebe subsídios necessários para a adequação do laboratório de Química?

Figura 11 – Laboratório de Química



Autor: Elaboração dos autores, 2019

Outro espaço da estrutura física da escola é o Ginásio (figura 3), o qual está bem iluminado, arejado e composto por vestiários, banheiros, arquibancada e rede de proteção. Porém, o local carece de um cuidado especial na limpeza, pois pelas fotografias capturadas, ficou nítido que falta um espaço adequado para guardar material de Educação Física.

Figura 12 - Ginásio



Autor: Elaboração dos autores, 2019

O espaço físico da escola, no que se refere a acessibilidade, carece de melhorias, pois constatamos que o corrimão do ginásio, rampas de acessos a acessibilidade estão precárias. Desse modo, a realização de uma manutenção

nesses pontos auxiliará a locomoção das pessoas com limitações e deficiências diversas. Portanto, a escola necessita de reparos em pontos de acessibilidade para que os alunos considerados atípicos estejam incluídos na escola.

Figura 13: Quadra Externa



A escola também possui uma quadra descoberta (figura 4) construída e sinalizada pelos próprios alunos. Apesar de a quadra não conter as medidas oficiais, ela é um espaço utilizado em várias atividades esportivas e artísticas. Destacamos que todo espaço na escola é explorado de forma criativa e tendo o professor como mediador, possibilita novas práticas pedagógicas e permite aos alunos um nível de reflexão sobre o local onde estão inseridos, com a finalidade de compreender novos significados em relação às atividades.

A sala dos professores é outro espaço físico da escola que possui boas instalações. Essa sala é ampla e composta por um jogo de sofá, TV, ar condicionado, mesa para refeição, cadeiras, banheiros, internet, entre outros utensílios que promovem conforto para os professores. A sala além de ser um ambiente grande, também é bem arejado e iluminado.

Figura 14 – sala dos professores



Portanto a sala dos professores com todas as características mencionadas, contempla o espaço para colaboradores que ali frequentam e utilizam para o exercício da profissão. Já o espaço destinado para preparação da alimentação na escola conta com duas cozinhas, uma para os alunos e outra destinada aos professores. A cozinha para os alunos (figura 6) possui: uma geladeira, um freezer, um fogão industrial, armários para guardar alimentos e utensílios, espaço com água corrente para limpeza e lavagem de alimentos dentre outros objetos necessários em uma cozinha.

Figura 15 – cozinha



Autor: Elaboração dos autores, 2019

É importante ressaltar que o refeitório fica ao lado da cozinha e, por isso, facilita as pessoas responsáveis pela organização do local. O refeitório é composto por mesas grandes, acompanhadas de bancos fixos e compridos, todos bem conservados e limpos. O local é bem arejado e apresenta uma boa iluminação. O local não é climatizado, mas possui um ventilador de teto, o que ameniza o ambiente nos dias quentes.

No que corresponde à sala de informática, informamos que é um espaço climatizado, com dez computadores, sendo que apenas oito estão funcionando. Vale mencionar que a escola adquiriu mais cinco computadores, que ainda falta serem instalados. A sala de informática é uma sala de aula adaptada com um ambiente amplo, mas necessita de algumas melhorias como: cadeiras e mesas ergonômicas para os alunos, mais computadores, bem como, uma organização da sala que otimiza os espaços para atender os alunos com mais eficiência. É bom lembrar que a escola também conta com um projetor de imagens.

Em relação à sala de Artes, o espaço também é adequado em uma sala normal, porém como o espaço é destinado à criação e expressão artísticas dos alunos, no primeiro momento que ela é observada se pensa que é uma sala

desorganizada, ou seja, uma sala apenas destinada para pinturas e criação de elementos da educação artística. A sala tem uma variedade de materiais, garrafas, tintas, paletes, jornais, livros e dentre outros objetos que estimulem a criação dos alunos. Está sala não é climatizada, mas tem um ventilador de parede, o que auxilia o ensino nos dias com temperaturas altas.

Figura 16 – Sala de Artes



Autor: Elaboração dos autores, 2019

Outro espaço analisado da escola foi à biblioteca (figura 8), podemos averiguar que o espaço também consiste em ser adequado e com vários instantes metálicos, dois sofás, um televisor, um ventilador de teto, um ventilador de parede, ar condicionado, iluminação adequada e bem arejada. A ressalva neste espaço durante as observações feitas, diz respeito ao material pedagógico. Faz-se necessário um cuidado melhor com o acervo existe e a compra de livros, com títulos direcionados aos itinerários mencionados, espaço também necessita de uma melhoria em relação aos móveis e mais mesas para os alunos utilizarem caso necessitem fazer pesquisas.

Figura 17 - Biblioteca



Autor: Elaboração dos autores, 2019

Com relação à parte estrutural exterior da escola, a mesma possui vários espaços de convivência, pátio coberto, pátio descoberto, espaço com bicicletário, ao fundo do ginásio também existe um espaço gramado que pode ser utilizado para várias atividades. A escola também conta com um estacionamento amplo que fica localizado dentro do pátio da escola.

É bom elencar que mesmo com todos esses espaços a escola também carece de melhorias, em todos os locais mencionados, desde manutenção de jardinagem, manutenção estrutural e, principalmente pintura em vários locais visitados. Outro aspecto negativo e relevante de mencionar é a posição da central de gás localizada na frente da escola, próximo a entrada principal, e a posição da fossa que também pelo que foi observado fica em uma posição não adequada, trazendo muitas vezes desconforto para as pessoas presentes na escola devido à obstrução ou excesso de rejeitos.

Figura 18 – Central de Gás



Autor: Elaboração dos autores, 2019

Por fim concluímos que a escola visitada não condiz com a realidade no que concerne a implementação do Novo Ensino Médio, mais especificamente, apesar de a escola em seu aspecto visual apresentar-se como um órgão de ensino da educação básica, ainda falta muito investimento, tanto estrutural, pedagógico e principalmente humano, este que por sua vez a de ter um conhecimento aprofundado sobre o itinerário que a escola pretende inserir. Pelo simples fato de a escola se manifestar como escola piloto, nos faz refletir sobre qual é a sua

verdadeira finalidade, ou seja, qual a intenção real da escola em pró desse Novo Ensino Médio.

Cabe lembrar que os dados aqui obtidos, nos serviram de subsídios, para sanar dúvidas e esclarecimentos no decorrer do PROESDE, assim podemos elencar a importância deste trabalho em conjuntos com os demais grupos para compreender melhor de que forma o Novo Ensino Médio se manifestará dentro do âmbito escolar.

3.2 Sobre o PPP e a Gestão Escolar

A gestão da escola é composta por: uma administradora, uma secretaria pedagógica, quatro assistente técnico-pedagógico e uma assistente de educação. As formações desses profissionais são em: Mestrado, pós-graduação e graduação em pedagogia. Esses profissionais ingressaram na escola por meio do concurso público, realizado em 2005. Dessa escola, também faz parte o Grêmio Estudantil, como conselho representativo e que presta auxílio na organização de eventos. Além disso, os alunos participam das decisões da escola, onde produzem formulários de pergunta e resposta para contribuir nos projetos escolares.

Para desempenhar a função de gestão, os principais desafios encontrados pelos profissionais são: os atendimentos aos pais, assuntos entre docentes e alunos e a estrutura familiar dos alunos. Além disso, existe a ausência de um acompanhamento psicológico na escola.

Os gestores compreendem que a função social da escola e do ensino é preparar os alunos para a vida e garantir os seus direitos de educação. Sobre a organização do percurso formativo permitem compreender que a efetivação de um processo de formação integral dos sujeitos está relacionada a uma organização escolar que oportunize à escola ser e fazer aquilo que lhe dá identidade e autoridade para desempenhar a sua função social, função que não mais permite conceber os espaços escolares isoladamente (SANTA CATARINA, 2014).

No entanto, a motivação dos alunos se mostra como uma das dificuldades na aprendizagem. Sendo assim, se faz essencial na escola gerar a necessidade de mudanças no contexto da motivação dos alunos.

A perspectiva da gestão, neste Novo Ensino Médio, em relação à função social do ensino é lutar para que os alunos do Ensino Médio, não desistam. Esses alunos querem trabalhar e o dinheiro os motiva mais do que o contexto escolar.

Ao pensar no Novo Ensino Médio gera medo, a sensação é de estar no escuro, pois a escola, por ser piloto, ainda não tem tudo claro de como irá funcionar o Novo Ensino Médio. Isso nos permite questionar: Como as outras escolas estão no processo do Novo Ensino Médio?

No início, os professores retornavam animados dos congressos. No momento alguns se mostram preocupados por terem concordado com o Novo Ensino Médio e depois de analisarem de forma mais detalhada perceberam que existe alguns pontos na sistemática do projeto que irá dificultar a implantação do mesmo na escola.

No âmbito da estruturação do Novo Ensino Médio, a gerência de educação visita a escola toda a semana, visto que ela é a escola piloto e a acompanha de forma contínua para analisar o contexto escolar em relação à transição para o Novo Ensino Médio.

Esse ano a escola possui 100 alunos no nono ano. A previsão de recursos a ser recebido é de 50 mil e para os gestores esse valor não é adequado para a aplicação do Novo Ensino Médio. A justificativa de o valor ser insuficiente se refere às mudanças que devem ser realizadas na estrutura escola, bem como, o investimento para a compra de materiais pedagógicos (materiais para as oficinas, porém não existe a previsão de quais oficinas serão ofertadas).

No contexto das mudanças que ocorrerão na escola, mas agora no contexto do professor, os gestores informam que os professores irão conseguir carga horária 40 horas em uma escola. No entanto, a noite parte da carga horária será à distância e isso gera a preocupação de que futuramente o ensino médio noturno seja à distância.

Os itinerários formativos que a escola pretende ofertar aos alunos foram escolhidos por meio de uma pesquisa realizada junto aos pais e alunos. Por coincidência, pais e alunos escolheram algo em relação à área da saúde, uma vez que os serviços prestados com relação à saúde não atende a demanda, principalmente, os relacionados à odontologia.

Para os gestores, a implementação do Novo Ensino Médio afetará o Ensino Fundamental II, pois os alunos terão de escolher o itinerário que irá realizar ao ingressar na nova etapa do ensino. A gestão possui dúvida quanto à maturidade dos alunos para escolher sua futura profissão, por meio dos itinerários formativos. A dúvida é decorrente a pesquisa que foi realizada com os alunos da escola. Os mesmo relataram que se porventura estudarem em outra área, terão dificuldades,

por conta do deslocamento, levando em consideração as condições do transporte público. Outro ponto em destaque é ocupação das tarefas caseiras diárias que a maioria tem. Ajudam os pais nos deveres de casa ou no trabalho, sendo assim se os alunos tiverem que se deslocar para outra cidade ficara inviável, de acordo com a cultura do município e região.

No documento de implementação do Novo Ensino Médio tem-se a possibilidade de uma porcentagem das aulas ocorrerem à distância. Sendo assim, existe a preocupação de como serão as aulas à distância, principalmente no Ensino Médio noturno, onde os alunos terão que completar 1000 horas, sendo 800 horas presenciais e 200 horas à distância. A preocupação aumenta, pois nem todos os alunos possuem internet em suas residências. Diante dessa situação, em 2020, a secretaria de educação confirmou que as aulas serão totalmente presenciais.

O Projeto Político Pedagógico da escola está em processo de atualização para suprir as necessidades do âmbito escolar e do caráter educacional. Destacamos que todas as quartas-feiras, no período da tarde, são realizadas reuniões com a equipe gestora com a finalidade da reelaboração desse documento. Alguns pais também participam da construção do Projeto Político Pedagógica, mas sua presença ocorreu no início do ano. No que se refere à estruturação pedagógica dos professores, ressaltamos que existe uma busca pela articulação entre a prática pedagógica desses professores com a proposta pedagógica da escola que está embasada na teoria Histórico-Cultural.

3.3 Sobre a Comunidade e a Cultura Escolar

O diálogo com as famílias deu-se a partir de um questionário, com sete perguntas sobre o novo Ensino Médio, totalizando cinquenta e seis pais de alunos que frequentam essa escola.

A primeira pergunta questionou os principais motivos para um jovem cursar o Ensino Médio. Elencamos os três motivos com maior ocorrência. O primeiro deles é que o filho (a) necessita cursar o ensino superior. Além disso, a obtenção de um bom emprego no futuro também foi citada, na perspectiva de construção de um projeto de vida para os estudantes. A segunda questão consistia em identificar a presença de conhecimento em relação às atividades profissionais que o mercado de trabalho mais necessita na região. A área da saúde teve prevalência em relação às

outras áreas. Na sequência, constou a área de informática e educação, igualadas, e por último, a tecnologia da informação.

A terceira e a quarta pergunta relacionava-se com o local do cumprimento da ampliação da carga horária. Alguns votaram em que o local seja no ambiente de trabalho. Contudo, a maioria optou por ser cumprida na própria escola e no mesmo período que estuda o adolescente. Sendo assim, ficou evidente que os responsáveis pelos alunos querem que esse aumento de carga horária aconteça dentro da própria escola.

A quinta pergunta consistia na identificação do que os pais consideram importante no desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes. Três considerações foram enfatizadas. São elas: o desenvolvimento de competências relacionadas à sua capacidade de se organizar, ser responsável, agir de forma cooperativa, compreender o ponto de vista dos outros, ter estabilidade emocional, entre outras; o auxílio para escolher os caminhos que irão tomar após o Ensino Médio; e o desenvolvimento de competências relacionadas a sua capacidade de se comunicar e estabelecer relações com outras pessoas.

A sexta pergunta correspondia à forma como que a escola pode atuar na preparação dos alunos para atender as necessidades profissionais e sociais na atualidade. Os cursos técnicos profissionalizantes foram à preferência. Em seguida, constam os conceitos e valores (respeito e justiça) e, por fim, a saída de campo. Por meio dos dados coletados, fica explícito na pesquisa o desejo dos pais em que seus filhos tenham uma formação profissionalizante com a finalidade da obtenção de um emprego. Também houve destaque para às saídas de campo, pois elas proporcionam aos alunos vivenciar como é a vida fora do ambiente escolar e prepará-los para o futuro.

Na última questão era solicitado que os pais indicassem sugestões para organização do Novo Ensino Médio, com a finalidade de atrair a atenção dos jovens para os estudos. Os pais colocaram as seguintes sugestões:

-
- *Projetos, oficinas, profissões, turismo, ecologia, desenvolvimento sustentável;*
-
- *Grupos de pesquisa: por interesse, debates, intercâmbios;*
 - *Laboratórios: aulas práticas;*
-

-
- **Saídas de campo: visitas às empresas e universidades para conhecimentos das profissões;**
 - **Clube: dança, teatro, recreação.**
-

Ficou claro nesta pesquisa a preocupação dos pais sobre o futuro profissional de seus filhos para garantir uma vida financeira adequada. E que essa jornada profissional, na maior preferência dos pais, comece dentro da própria escola e no mesmo período que estudam.

3.4 Sobre o Corpo Docente

O corpo docente da Escola de Educação Básica Governador Ildo Meneghetti apresenta um grupo bastante preocupado com a implantação desse Novo Ensino Médio, questões sobre currículo e itinerários estão designados a terceiros, sendo assim os professores estão mais focalizados em incorporar seus conteúdos para a nova formatação e para isso os encontros realizados na escola aparentemente estão auxiliando qualitativamente a instituição como um todo.

Os educadores, ao mesmo tempo, consideram-se preparados para a transição e destacam a importância que essa reforma vai estabelecer, mesmo que essa aconteça já no próximo ano e que grande parte da verba designada pelo governo para as escolas-pilotos não tenha chegado ainda para a gestão da instituição. A questão da infraestrutura, tanto para a recepção de novos alunos quanto dos itinerários, foi um dos pontos mais ressaltados pelos mesmos, mas por ser uma medida “de cima para baixo” eles destacam que a única coisa possível a ser feita é se adequar e tentar oportunizar o melhor ensino possível.

A Ildo Meneghetti irá instaurar efetivamente o Novo Ensino Médio no ano de 2020 e ainda vai continuar recebendo o ensino noturno, o que segundo alguns educadores, não impacta de forma significativa no ensino, cabe então ressaltar que o Censo Escolar de 2018 apresentou que são cerca de 1,5 milhões (19,6%) estudantes presentes no ensino noturno, esses mesmos que terão que se adequar à nova grade que será obrigatória até 2022, e uma das justificativas governamentais na criação dessa nova metodologia de ensino é uma equidade no ensino e uma educação para todos.

Ainda, a evasão e o fracasso escolar traz embutida em sua problemática a responsabilização do aluno pelo seu fracasso na escola. Esta tese apoia-se teoricamente no pensamento educacional da doutrina liberal, que oferece argumentos legitimadores da sociedade capitalista, a qual tenta fazer com que as pessoas acreditem que são responsáveis pelo sucesso ou fracasso social. O fato de ser a escola das classes populares que fracassa ocorre em virtude de servir de instrumento de dominação, reprodução e manutenção dos interesses da classe burguesa. (BOURDIEU-PASSERON 1975 e CUNHA 1997).

Mesmo oferecendo diferentes formas para “sanar” esse problema, como o Ensino à distância para completar a carga horária obrigatória, compete-se então ao aluno ficar responsabilizado pela própria aprendizagem (ou falta dela), é a forma do Estado se liberar de construir mais instituições e contratar mais profissionais, além de que não seria mais que um pacote de informações produzidas por produtores de simulacros de aulas para serem consumidas pelos alunos. (PATTO, 2013).

Compreendendo o professor como peça chave na educação, é de suma importância que o mesmo esteja capacitado para exercer tal função, a partir do momento que se reformula toda uma organização de ensino levando em conta a “amplitude da reforma e da ausência de uma discussão democrática, [...] não poderia gerar outra coisa senão a revolta de diversos segmentos sociais ligados à educação” (SILVA; BOUTIN, 2018, p. 523). Fica inviabilizado a compreensão e capacidade de aderir significados e propagar conhecimento, pois o mesmo não consegue ser parte “efetiva” no processo de construção de ensino, ou seja, até sua adequação perante essa reforma perde-se uma significativa protagonização do próprio profissional.

Com o foco do ensino alterado para a formação de um cidadão completo, “a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global”, (BNCC, 2014 p. 16). Porém com a nova formação de currículo, fica inviabilizado desenvolver um cidadão completo, e acaba-se formando um indivíduo voltado para a questão trabalhista (num país de 14 milhões de desempregados), perde-se completamente a relevância de formar um indivíduo crítico e transformador.

A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará: I – a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; II – a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade (BRASIL, 2017, p. 16).

Tendo por fim uma escola como um Aparelho Ideológico do Estado focada exclusivamente em criar mão de obra para suprir o sistema em vigência, capitalismo, e infelizmente essa ideia está presente na fala dos docentes o que acaba impossibilitando o avanço em questões de desenvolvimento tanto sociais como cognitivos.

Com relação ao Aparelho ideológico de Estado escolar, ele deve ser entendido como um sistema, dentre os vários que compõem o Estado, que tem como objetivo reproduzir as relações de produção; na sociedade capitalista o de reproduzir as relações de dominação capitalista, portanto reprodução de relações de exploração (ALTHUSSER, Louis. 1970, p. 20).

Influenciada pelo Estado a esfera educativa passa a ser permeada pela tríade trabalho, educação e qualificação profissional. Com essa reforma instaurada cabe ao governo adequar as instituições a esse fim, o que transparece em um processo de privatização da educação pública brasileira. Já era possível observar esse movimento em 2014 quando o Instituto Ayrton Senna (IAS) firmou parceria com o Ministério da Educação (MEC). Essa parceria foi baseada no objetivo então é segundo Ball (2014) é a influência direta na orientação de políticas educacionais globais

[..] que possam assegurar o projeto mais amplo de formação centrado em competências e habilidades voltadas a atender as demandas do mercado globalizado, sempre preocupados com a inclusão substancial de uma massa populacional dos países em desenvolvimento no espectro do conceito de população economicamente ativa, assegurando assim níveis satisfatórios em longo prazo de desenvolvimento econômico aos países membros da organização multilateral. (CECHINEL E MUELLER, 2019, p. 5).

Mesmo tendo noção das disparidades econômicas no Brasil ainda é notório ver a total despreocupação, por parte governamental, com as crianças, jovens e adultos de um grupo populacional desfavorável em termos de condições socioeconômicas, e seus respectivos níveis de escolaridade, analisando Bourdieu-Passeron (1975) e Cunha (1997) que apontam a escola como responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos, principalmente daqueles pertencentes às categorias menos favorecidas economicamente, explicando teoricamente o caráter reprodutor desta instituição compreendida como aparelho ideológico do Estado (AIE).

Como já ressaltado, é necessário um forte investimento por parte do poder executivo, em todas as instituições, porém tendo em vista o cenário

educacional atual onde está em vigor a PEC 241 de 2016, que restringe os gastos públicos com educação e saúde pelos próximos 20 anos, os docentes ainda justificam que essa reformulação será de suma importância e que haverá investimentos, e que será possível garantir uma educação de qualidade e igualitária para todos.

Sabendo que a permanência dos alunos na escola é um grande desafio da educação brasileira e o número de evasão no país é muito alto principalmente na transição de Ensino Fundamental para o Ensino Médio, surgem alguns argumentos infundados que apresentam um cenário onde a educação ficará mais atrativa para os alunos, reduzindo assim os índices de evasão escolar e que através de uma carga horária ampla, o conhecimento disponibilizado será diferenciado o que justificará a vontade de permanência na escola.

A pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem por função preparar o indivíduo para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos vários valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através de desenvolvimento da cultura individual. A ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difundida a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em conta a desigualdade de condições. (LIBÂNEO, José Carlos. 1990 pág. 22)

A educação escolar prevista então nesse Novo Ensino Médio então do ponto de vista da evolução do pensamento, o treinamento utilitário e pragmático de uma técnica ou profissão não possibilita a estimulação do pensamento abstrato, ou seja, fica impossibilitado o desenvolvimento da formação das funções psíquicas superiores.

Pode-se então perceber a grande jogada que foi disponibilizar mais carga horária aos profissionais garantindo então uma “estabilidade” e um discurso pautado na autonomia que o aluno possuirá, “a espinha dorsal do Novo Ensino Médio é o protagonismo juvenil, que estimula o jovem a fazer escolhas, tomar decisões e se responsabilizar por elas” (BRASIL. 2018, p. 6). Mesmo com diagnósticos, rodas de conversas e questionários para a construção de itinerários “partindo” da vontade dos estudantes, entende-se que os mesmo não terão a propagada “opção de escolha”, pois só é efetivada quando a instituição é capaz de recebe-la.

A fragmentação do ensino e desvalorização de algumas matérias do currículo escolar são eminentes perante a uma formulação que prioriza português,

matemática e a atuação no mercado de trabalho, porém cabe lembrar que “a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular” (SAVIANI, 2000, p. 19), então quando se constitui um currículo que prioriza determinados aspectos não constitui-se um espaço democrático implicando assim na alteração da função social da escola.

Então profissionais da área da educação devem estar cientes de que com a instauração dessa reforma todas as ações que estão sendo feitas - ou foram - para a melhoria da formação docente serão negligenciadas, partindo do pressuposto de que o objetivo desse Novo Ensino Médio segue um controle normativo direcionado aos interesses da classe dominante e que um “profissional com notório saber” garanti – para o governo - isso.

Por permitir a contratação de supostos especialistas, porém não licenciados, como professores, essa ‘reforma’ desobriga ou força os estados a não realizarem concursos públicos. Permite, como o caso do atual Rio de Janeiro e que deve ser modelo geral, que os estados se enquadrem na mordada da austeridade às custas de cortes de salários e aposentadorias, aumento da contribuição da Previdência e flexibilização, ainda maior, das leis trabalhistas (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 369).

Por fim, a reforma do Ensino Médio provoca a significativa diminuição de horas/aulas para não efetivos em sala de aula, a conseqüente não contratação de profissionais por concursos públicos e a subsequente contratação de graduados não licenciados para atuarem no Ensino Médio, tudo isso simultaneamente implica na desvalorização dos profissionais da educação.

3.5 Sobre a Gerência de Educação

Vésperas da aplicabilidade do Novo Ensino Médio, a presença e orientação da GERED frente às escolas da região estão limitadas às escolas piloto, o que acaba ocasionando preocupação e insegurança quanto ao tempo hábil e preparação das demais escolas para atender o estabelecido pela Lei.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 461),

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro. Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Para além da necessidade de universalizar o atendimento, tem-se mostrado crucial garantir a permanência e as

aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras.

Na visão da GERED, esse novo modelo de organização do Ensino Médio é fundamental para a melhoria da qualidade da educação neste nível de ensino e para garantia da permanência dos alunos na escola, bem como, para a preparação e direcionamento ao ingresso a vida adulta.

A ideia do protagonismo do aluno é que, na opinião das responsáveis pelo projeto Novo Ensino Médio na GERED, esse projeto garanta o interesse e permanência do aluno no ambiente escolar. Essa questão do protagonismo é ressaltada na Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 464), ao expressar

que garanta aos estudantes ser protagonistas de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos.

No entanto, quando conversado a respeito das propostas efetivas de aplicabilidade, ficaram vagas as respostas, onde não sabiam explicar com precisão quais ações a GERED e a SED estão tomando para garantir sua funcionalidade. Acredita-se no recebimento de verbas que supram essas necessidades, mas esta mesma justificativa foi apontada com incerteza e insegurança quanto à aplicação.

Também notamos insegurança por parte da gestora, quando perguntamos sobre a maturidade das respostas dos alunos de 14 e 15 anos sobre o que querem estudar, quais carreiras pretendem seguir para pensar em itinerários. Entendemos que deva ser perguntado a alguém, mas acreditamos que seja insuficiente uma conversa informal com alunos que tem opiniões bastante instáveis, para determinação dos itinerários.

Essa insegurança e a falta de informação, bem como, a incerteza de liberação de recursos, acabam limitando a oferta de itinerários, o que na opinião do grupo, acaba reduzindo as escolhas dos alunos e acarretando no aumento da evasão escolar.

Como justificativa sobre a dificuldade dos alunos optarem por itinerários, a GERED aponta que o aluno pode durante os dois primeiros anos do Ensino Médio mudar sua escolha de itinerário, sem prejuízo das disciplinas que já cursou ou do tempo de conclusão do estudo, no entanto, a gerência não soube exemplificar de

forma clara como seria esse aproveitamento, apenas afirmaram repetidas vezes “o aluno não será prejudicado”.

Quanto à formação integral dos estudantes, a GERED informou que está difícil encontrar parceiros, visto que o município da escola piloto não conta com grandes empresas instaladas, além de sua localização estar na divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mencionaram possível parceria com a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, mas esclareceram que por ter sua sede em outro Estado, encareceria a parceria.

Estas afirmações nos transpareceram insegurança quanto à possibilidade de oferta de itinerários, bem como, de atendimento aos prazos estabelecidos por lei, ao menos não em sua totalidade.

Quando questionamos a respeito da formação integral dos alunos que precisam trabalhar, em especial aos que possuem jornada de trabalho diurna e estudam no período noturno, nos foi explicado que terão direito a completar sua carga horária à distância, no entanto, a GERED não comentou sobre a quantidade dessa carga horária e sobre a disponibilidade de computadores e recursos tecnológicos que possibilitariam esse acesso. Tampouco deram exemplos de seu funcionamento ou opinaram sobre o sucesso ou insucesso desta proposta.

Quanto aos professores, na opinião das responsáveis da GERED, será uma mudança bastante positiva, considerando que terão suas horas direcionadas para atuação em menos instituições. Elas não acreditam que profissionais que possuam o “notório saber” substituirão os professores graduados. Explicaram que serão contratados apenas quando não houver professores interessados na vaga ou qualificados para exercê-la.

Conforme a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014, p. 171) “Os professores podem necessitar de tempo e recursos para a realização dessas atividades, o que transfere à gestão da escola e aos sistemas de ensino a responsabilidade por propiciar essas condições como parte do projeto educativo.”

Seguindo a afirmativa da Proposta Curricular de Santa Catarina, evidencia-se que compete à gestão a responsabilidade de garantir as condições de recursos e tempo para os professores para realização das atividades. Necessitando assim, diálogo frequente para melhor compreensão e organização dessas condições.

No entanto, comentou-se ainda que os professores precisarão “sair de suas caixinhas” e estudar por itinerário, não apenas estudar educação física por exemplo, por estarmos inseridos na área de linguagens, temos que nos preocupar para que nossa formação nos capacite para atuar nessa área. Todavia, não comentou-se se será ofertada formação continuada para isso, ou se os professores terão horas disponibilizadas para buscar essa formação, tampouco falou-se em reajuste salarial ou reconhecimento e benefícios para professores que possuem essa qualificação.

Na opinião do grupo, essas mudanças trazem inúmeras incertezas e preocupações aos professores, que não estão preparados para executá-la, bem como, não estão recebendo treinamentos ou recursos diferenciados para atuar com êxito. Conforme explicado pelas entrevistadas, o diálogo efetivo está acontecendo apenas com os professores da escola piloto. Os demais professores não receberam essas orientações presenciais.

Após diálogo com as responsáveis pela implantação e organização do Novo Ensino Médio representantes da GERED Araranguá, percebemos despreparo, incertezas e utopias. Pouco foi falado em ação efetiva ou projetos já consolidados.

Nossa percepção é de que, por parte da GERED Araranguá, a aplicabilidade da Lei está fragilizada, não por falta de estudo por parte das responsáveis, elas demonstraram conhecer os documentos norteadores, no entanto, por parte de seus superiores, em especial da SED, em lhes dar direcionamento efetivo, bem como certezas quanto a liberação de recursos. Não se sabe ao certo os valores que serão disponibilizados, tampouco a periodicidade desse repasse.

Conforme Libâneo (2003, p. 79),

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos, pais.

Diante dos dados apresentados, entendemos que a mudança da estrutura do Novo Ensino Médio está bastante instável e repleta de fragilidades. Necessitaria de um estudo mais aprofundado de cada região, bem como uma revisão geral da legislação proposta, e um diálogo mais abrangente, onde seja possível ouvir de fato um número maior de docentes, alunos, e demais responsáveis envolvidos no

processo educativo, visando ampliação das percepções do Ensino Médio bem como melhor preparo e busca de respostas efetivas para solução dos problemas existentes.

3.6 Sobre os Estudantes

O fundamento básico do planejamento é a tentativa de percepção do maior número possível de variáveis que podem influenciar a obtenção do objetivo almejado. Com isso podemos trazer a observação dos alunos em relação ao Novo Ensino Médio e seus itinerários, pois os mesmos acreditam que o guia de implementação traz um conteúdo completo e em uma linha de raciocínio na qual tudo dará certo. No entanto, os alunos estão conscientes da realidade da escola, a qual possui limitação quanto à estrutura, além de suporte inadequado para a realização de tais atividades, principalmente do estudo em tempo integral. Esta discrepância pode gerar distorções nos resultados buscados pela alteração implantada pela lei 13.415 de 2017.

O Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, traz consigo argumentos positivos quanto à escolha de itinerários, sendo eles:

Os estudantes podem cursar um ou mais itinerários formativos, de forma concomitante ou sequencial. As redes terão autonomia para definir os itinerários oferecidos, considerando seus particulares e os anseios de professores e estudantes. Esses itinerários podem mobilizar todas ou apenas algumas competências específicas da(s) área(s) em que está organizado. (GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO, 2019, p.12)

Entretanto, os alunos se mostraram preocupados ao saber que a escola que frequentam, não disponibilizará os cinco itinerários para eles terem diversas opções de escolha e, conseqüentemente, de estudo. Sendo assim, caso alunos tenham que fazer um itinerário por não ter outra opção, isso influenciará na sua motivação referente ao estudo. Além disso, se for necessário à mudança para outra instituição de ensino, com a finalidade da realização do itinerário de sua opção, isso se caracteriza como um aspecto negativo para os alunos.

Outra preocupação é com a nova carga horária, uma vez que muitos estudantes têm de conciliar a educação com o trabalho, conforme sua realidade atual. Nesse sentido, Pistrak (1981) recomenda que seja feito um estudo da situação

socioeconômica do aluno e da região onde a escola está inserida, para que a real aplicação do novo ensino se adeque às circunstâncias dos alunos.

Os alunos do Ensino Médio questionaram também a possibilidade da oferta de apoio psicológico para eles diante do aumento da carga horária de ensino, pois eles têm receio que esta mudança ocasione fadiga mental e física. Além disso, de acordo com Martins, Abrantes e Facci (2016) essa fase da vida é um período de transição da adolescência para a vida adulta e esse período da vida dos alunos envolve escolhas e decisões a serem tomadas com a meta de ingressar no mercado de trabalho no futuro.

Diante destes fatores a percepção é de que a reforma possa acarretar o efeito contrário do esperado, isto é, provoque o aumento na evasão escolar. Muitos destes alunos, no período do Ensino Médio, iniciam suas atividades profissionais para complementar a renda da família. Diante desta rotina de estudos e trabalho, pode-se esperar que se origine um desgaste por parte do aluno, que muitas vezes refletirá sobre qual das atividades está de acordo com as suas necessidades para aquele momento. Na maioria das vezes o trabalho é priorizado, pois traz benefícios em curto prazo. Além disso, a incerteza quanto à possibilidade de oferta de ensino noturno também é um dos fatores que causam preocupação aos estudantes e podem impactar no aumento da evasão escolar.

Sendo assim, o problema da evasão não estaria relacionado ao âmbito da sala de aula, mas seria um fator externo, ligado à estrutura socioeconômica do nosso país. Esta característica estrutural sempre foi historicamente representada no currículo escolar, com as camadas mais favorecidas sendo direcionadas a um ensino que preza pela preparação para a universidade, enquanto que as camadas menos favorecidas são levadas a cursar esta etapa do ensino com viés na preparação para o mercado de trabalho. Quanto a isso, segue a análise que “a dualidade estrutural que determinou duas redes diferenciadas ao longo da história da educação brasileira tem suas raízes na forma de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho”. (RAMOS, HEINSFELD, apud KUENZER, 2001, p.21)

Cabe aos agentes envolvidos na educação ponderar se a medida tomada para corrigir tal situação compensará o retrocesso do conceito de Ensino Médio proposto por esta reforma quando comparado ao conceito anteriormente

previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica de 1996, que tinha a intenção de anular a dualidade entre ensino normal e técnico:

Não obstante a trajetória da constituição do Ensino Médio e a proposta de uma nova finalidade para a educação básica, explicitando uma movimentação em direção à superação dessa dualidade, firmando-se objetivos amplos e voltados para a formação integrada do indivíduo, com a nova Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, nos colocamos em face da possibilidade de intensificação de uma concepção utilitarista do conhecimento, intensificando à dualidade estrutural do ensino (RAMOS, HEINSFELD, 2017, p 18.290)

Sendo assim, poderíamos levar em consideração que a evasão que se mostra no Ensino Médio também está relacionada ao fato de que os alunos desta etapa iniciam a sua vida profissional e, geralmente, encontram problemas em conciliar as rotinas de trabalho e estudo, fator também relacionado a um problema estrutural da sociedade brasileira, a saber, a desigualdade social. Portanto alterações curriculares estariam “maquiando” o real problema da evasão, ou seja, a possibilidade de escolha apresentada pela reforma não seria capaz de resolver o problema do abandono. Diante disto, vislumbramos que o jovem deveria ter como única preocupação nesta fase de sua vida a aquisição de conhecimento, tendo o Ensino Médio como uma etapa que complementa as etapas anteriores da educação básica, com vistas à formação integral do sujeito e não com objetivos exteriores a este escopo.

Acrescenta-se a isto a expectativa de oferta de itinerário formativo das escolas, ao qual se prevê que serão extremamente limitadas, anulando assim o efeito motivador perante o aluno. Contudo, ainda que todas as escolas de Ensino Médio do país pudessem ofertar plenamente todos os itinerários e diversas opções de percurso, ainda restaria questionar qual aluno pretende-se formar. A sociedade pretende formar o aluno consciente, com uma formação plena e unitária, reflexivo acerca de si e do mundo ou usar a etapa do ensino médio para uma formação dualista, opondo o mundo do trabalho e do pensamento, como historicamente foi feito ao longo da história da educação no Brasil?

A reforma do Ensino Médio não poderia realmente diminuir a evasão para esta etapa, pois a evasão está mais relacionada à situação socioeconômica do país do que ao currículo. Mesmo que ocorra de alguma escola oferecer os cinco

itinerários formativos, ainda assim este fator isolado poderia não representar um incentivo significativo para a permanência do jovem no Ensino Médio.

Diante do que foi analisado em relação à realidade do sistema de educação, muito ainda teria que ser feito para que efetivamente a nova proposta seja concretizada. As pesquisas feitas junto às escolas mostram que a maioria não dispõe de recursos para a implementação dos itinerários, limitando assim as escolhas dos jovens a poucas opções, anulando o fator de autonomia para escolher qual currículo seguir. Poderíamos então prever que, sem aporte financeiro do estado, a reforma do Ensino Médio representaria um retorno ao ideal utilitarista de ensino, indo na contramão do que propõe a Lei de diretrizes e base da Educação, de 1996.

Tendo a ideia que não funcionaria a mudança por causa das situações em que o aluno precisa de uma renda, a reforma do Ensino Médio poderia surgir junto com métodos de auxílio aos alunos, como, por exemplo, uma ajuda de custo para as despesas familiares, nos casos de carência financeira.

4 REFERENCIALTEÓRICO

Na sociedade contemporânea o principal marco para a entrada ao mercado de trabalho se dá ao fim da infância, na adolescência. Mas a adolescência vai muito além de processos biológicos e naturalizantes, ela desenrola-se em diferentes modos e em diferentes meios sociais e culturais. Quando vista de maneira natural e universalizada acaba tornando-se uma adolescência definida e limitada, uma adolescência estereotipa. “O predomínio da visão biologizante sobre essa fase de desenvolvimento leva à naturalização de comportamentos que, segundo a psicologia histórico-cultural, são constituídos em uma sociedade dada, situada historicamente”. (MARTINS, ABRANTES E FACCI, 2016, p. 221).

O trabalho é essencial para a formação do ser humano. Além de permitir a superação desses limites pressupostos pelas leis biológicas, nasce nesse período a partir do trabalho, o ser pensante. Segundo Oliveira (2005, apud MARTINS, ABRANTES E FACCI, 2016) pelo trabalho, a universalidade se concretiza histórica e socialmente na singularidade do homem, em uma síntese complexa, formando sua essência como ser consciente. Entretanto, através da acumulação do capital, a atual sociedade capitalista fomenta a alienação e exploração dos indivíduos, levando-os ao empobrecimento e a fragmentação dos mesmos. Para Marx (2010, p.159), “com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”.

Durante esse processo de entrada para a fase da adolescência e mercado de trabalho, que pode acontecer de maneira precoce, dependendo da classe social do mesmo, ocorre um grande número de abandono escolar.

Nesse sentido, é fundamental compreender a adolescência como um período crucial do desenvolvimento do indivíduo, no qual o longo processo de escolarização já vivido se objetiva na formação do pensamento rigorosamente abstrato, no pensamento por conceitos, dado que possibilita a edificação de uma concepção de mundo e, igualmente, prepara para a entrada na vida adulta e no mundo do trabalho. (MARTINS, ABRANTES E FACCI, 2016, p. 224).

O perigo da adolescência universalizada e estereotipada não leva em conta alguns fatores que são cruciais para a evasão escolar. A necessidade de garantir o sustento, complementando a renda e por vezes sua própria existência, devido à má condição familiar e a diferença de classes, levam os adolescentes a se verem obrigados a escolher entre o trabalho e a educação. O imediatismo e a necessidade

de encontrar um trabalho para sua sobrevivência, que é como se caracteriza grande parte da população, afasta o jovem da escolha de um trabalho por achar que combina mais consigo ou afeto, tendo que aceitar as oportunidades que surgem.

Esse não é um processo fácil, pois as condições de vida e as circunstâncias concretas de existência podem limitar as possibilidades dos adolescentes, que pode ser compelido a trilhar um determinado caminho, sem chances de escolher. Mais uma vez, as condições postas por uma sociedade de classes, fundamentada em um modo capitalista de produção, tratará desse momento de maneiras diferentes, pois as classes mais abastadas possuem maiores possibilidades de realizar escolhas e segui-las. (MARTINS, ABRANTES E FACCI, 2016, p. 228).

Dessa forma, podemos entender que o trabalho só pode libertar o homem se for um elemento de uma reação recíproca com a escola e a sociedade. Marx expõe a ideia da omnilateralidade, do homem completo, que trabalha não apenas com as mãos, mas também com o cérebro e que, consciente do processo que desenvolve, domina-o e não é por ele é dominado.

Em resumo estamos perante uma determinada concepção da relação escola-sociedade, do lugar que a escola – local de trabalho das crianças – pode ter nela. Marx frente a tendência objetiva da indústria de seu tempo de atrair crianças e adolescentes ambos os sexos à obra da produção social [...] a considerava como um fato permanente, inerente ao sistema de produção moderno, correspondente a uma situação racional da sociedade. Além disso, não tinha sempre todo sistema de produção atraído à sua atividade também as crianças? Frente a essa tendência objetiva e progressiva, punha a questão – também emergente dessa realidade – de associar o ensino ao trabalho de como uma integração à fábrica, do mesmo modo como a aprendizagem dos ofícios era uma integração à oficina artesanal. (MARTINS, ABRANTES E FACCI, 2016, p.231).

Por certo, para ter uma relação de sucesso entre o trabalho, escola e sociedade é necessário uma educação de qualidade, comprometida com o aluno e sua humanização, permitindo o desenvolvimento do mesmo.

Assim, sendo a educação parte integrante e necessária ao desenvolvimento do indivíduo e de seu psiquismo, faz-se necessário um trabalho educativo que se dirija às formas de produzir esse desenvolvimento de maneira plena, tornando-se um instrumento para a compreensão da realidade, em suas múltiplas determinações. (MARTINS, ABRANTES E FACCI, 2016, p.232).

Tendo em vista os aspectos observados, compreendemos que a adolescência não é homogênea e linear e que não pode ser naturalizada e estereotipada. Trata-se de grandes diferenças sociais onde às camadas populares tem oportunidades diferentes das camadas privilegiadas. “A adolescência é um

permeado de relações sociais próprias de nossa sociedade, pela cultura e pelas condições históricas”. (MARTINS, ABRANTES E FACCI, 2016, p. 236).

O jovem tem que saber identificar os obstáculos de sua luta, ter consciência de classe, posicionar-se, e não o contrário, vivendo no modo automático. Lutar por um ensino de qualidade na escola pública, para todos. Uma escola laica, referenciada socialmente.

A tarefa dos jovens é aprender a ser contrário ao estudo do simplesmente útil, capaz de gerar lucro. Contrário ao estudo afeito à calma de não perturbar a ociosidade e a tranquilidade daqueles que normatizam a vida na sociedade de classes, em outras palavras, aprender que há o que aprender mesmo nessa sociedade de classes. Assim é necessário aprender a identificar o que é conhecimento e reelabora-lo de modo crítico; aprender valendo-se dos fatos fundamentais, apropriados como conhecimento do ser humano atual. (MARTINS, ABRANTES E FACCI, 2016, p.262).

A atividade que orienta o desenvolvimento desse jovem no intuito da práxis consciente encontra-se na unidade contraditória entre atividade profissionalizante e atividade produtiva, destacando que a predominância de uma delas ocorre pela determinação da posição que o jovem ocupa em relação aos meios de produção. O atual sistema é realmente satisfatório para os jovens ou os jovens seriam apenas apropriados no sistema capitalista sem o desenvolvimento psíquico adequado para compreender e transformar a sua realidade? O grande incitamento seria a transformação desse sistema, proporcionando condições para que esse jovem saiba identificar a sua realidade e as suas necessidades, e participe ativamente na tentativa de preencher as lacunas do sistema educacional, tais como científicas, tecnológicas e artísticas, trabalhando em cima do pensamento crítico com total autonomia e conhecimento para o mesmo.

Indicativo sobre os ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Por fim, dialogando os diversos eixos evidenciados por essa pesquisa, principalmente pelo diálogo com gestores, professores e alunos, evidencia-se uma preponderância de uma formação voltada ao campo **ADMINISTRATIVO** e da **COMPUTAÇÃO**. Em conversa com os alunos, essa perspectiva formativa também se fez evidente, principalmente pela compreensão dos alunos de que a possibilidade de desenvolvimento desses percursos depende da disponibilidade de espaço e

condições materiais para que a formação ocorra. Essa escolha também aparece na fala dos professores pela análise das possibilidades de emprego locais, pensando administração e computação como espaços de atuação flexíveis e abrangentes. No entanto, cabe reforçar que a escolha desses itinerários também apresenta para a escola a necessidade de melhorias da estrutura física, principalmente do laboratório de informática, tão importante para ambos os eixos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocamo-nos a apresentar certas considerações finais, orientados pelos eixos abordados por essa pesquisa, sendo estes: espaço físico, PPP e gestão escolar, comunidade e cultura escolar, corpo docente, gerência regional de Educação e estudantes. Em cada um dos pontos, destacamos as potencialidades e desafios para a implementação do Novo Ensino Médio.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA GOVERNADOR HERIBERTO HÜLSE

Sobre o espaço físico: Evidencia-se que a adesão da escola para ser escola piloto nesse processo, deve-se ao fato de considerar de grande relevância a possibilidade de captação de recurso a partir dessa ação, principalmente para as melhorias estruturais. Melhorias precisam ser encaminhadas em relação aos espaços externos (quadra e campo) e internos (salas de aula e biblioteca), potencializando os espaços já existentes. O aspecto visual também é relatado pelos alunos como um ponto que carece de melhorias, sendo necessário tornar a escola bonita e agradável esteticamente. Como ponto positivo, avaliamos os laboratórios mantidos pelo Ensino Médio Inovador, que poderão servir de grande auxílio para os itinerários formativos. Da mesma forma, a localização da escola é considerada muito boa, podendo agrupar jovens de diferentes locais da cidade, pela proximidade com um dos terminais de circulação rápida do município.

Sobre o PPP e a Gestão Escolar: A gestão relata a importância de um ensino técnico voltado para o trabalho. Isso ficou evidente nas falas registradas. Novamente reforçamos a importância de um ensino técnico que não perca de vista a formação integral dos sujeitos. Nesse tocante, se faz necessário o alinhamento de um projeto político e pedagógico partilhado por toda escola (gestores, professores, alunos e comunidade escolar), tendo clareza sobre que escola se pretende consolidar e que aluno deseja formar. A preocupação com a evasão também é um ponto alertado pela equipe gestora da instituição, assim como as incertezas quanto ao processo de mudanças que está por vir. Reforçamos a importância de diálogos formativos sobre o processo de reforma e alinhamento do PPP, pela análise e estruturação do Ensino Médio que vislumbramos para os próximos anos.

Sobre a Comunidade e a Cultura Escolar: Esse aspecto gerou muitas incertezas, pela incerteza das próprias famílias e comunidade. Alguns que apoiam, pela referência constante da formação para o mercado de trabalho. Outros que não apoiam pela compreensão de um aumento do número de evasão escolar relatados hoje. Fica a preocupação recorrente da construção de um ensino de qualidade para esses alunos, colocando-se como principal preocupação desse grupo envolvido na escola.

Sobre o Corpo Docente: Preocupa-nos a falta de conhecimento dos professores em relação aos referenciais jurídicos e curriculares sobre a reforma do Ensino Médio. Faz-se necessário um processo de formação contínua que possa dar subsídios para a tomada de decisão coletiva na escola, tendo em vista a importância e centralidade do professor nesse espaço. Os medos e receios para o próximo ano também são evidentes, principalmente em relação aos admitidos em caráter temporário e seu vínculo com a escola piloto. A manutenção dos grupos de estudo para aprofundamento da reforma do Ensino Médio se apresentam como ponto de fundamental importância.

Sobre a Gerência de Educação: Avaliamos um empenho da Gerência de Educação na solução das principais problemáticas envolvendo a reforma do Ensino Médio: parcerias com instituições privadas, formação de professores, educação à distância, melhoria da estrutura física, etc. Evidencia-se uma gerência engajada e que apoia a reforma, associado a um processo de busca pelas melhores respostas para as questões que estão emergindo nesse processo. Reforça-se a necessidade de um alinhamento entre a gerência e a escola no que tange ao compromisso com um projeto político e pedagógico partilhado por todos.

Sobre os estudantes: Conclui-se que é necessário pensar o Novo Ensino Médio, disposto a cumprir a BNCC (2017), mas que esteja de acordo com a visão de educação da PCSC (2014). Os anseios dos estudantes são fundamentais nesse processo, visto que os alunos são os principais beneficiários do processo educativo. É necessário, para além desse relatório, conservar um diálogo constante com os estudantes, para que a escola se mantenha sempre num “fazer-se” pois, ela é parte de uma sociedade dinâmica, sempre em transformação. Esse espaço de diálogo nos possibilitou avaliar o quanto os estudantes, realmente, podem ser protagonistas desse processo, evidenciando anseios que dialogam com a construção de um ensino de qualidade, que supere uma visão prática e instrumental.

ESCOLA DE ENSINO MÉDIO GOVERNADOR ILDO MENEGHETTI

Sobre o espaço físico: Evidencia-se que a adesão da escola para ser escola piloto nesse processo, deve-se ao fato de considerar de grande relevância a possibilidade de captação de recurso a partir dessa ação, principalmente para as melhorias estruturais. Melhorias precisam ser encaminhadas em relação aos espaços externos (quadra e campo) e internos (salas de aula e biblioteca), potencializando os espaços já existentes. O aspecto visual também é relatado pelos alunos como um ponto que carece de melhorias, sendo necessário tornar a escola bonita e agradável esteticamente. Como ponto positivo, avaliamos os laboratórios mantidos pelo Ensino Médio Inovador, que poderão servir de grande auxílio para os itinerários formativos. Da mesma forma, a localização da escola é considerada muito boa, podendo agrupar jovens de diferentes locais da cidade, pela proximidade com um dos terminais de circulação rápida do município.

Sobre o PPP e a Gestão Escolar: A gestão relata a importância de um ensino técnico voltado para o trabalho. Isso ficou evidente nas falas registradas. Novamente reforçamos a importância de um ensino técnico que não perca de vista a formação integral dos sujeitos. Nesse tocante, se faz necessário o alinhamento de um projeto político e pedagógico partilhado por toda escola (gestores, professores, alunos e comunidade escolar), tendo clareza sobre que escola se pretende consolidar e que aluno deseja formar. A preocupação com a evasão também é um ponto alertado pela equipe gestora da instituição, assim como as incertezas quanto ao processo de mudanças que está por vir. Reforçamos a importância de diálogos formativos sobre o processo de reforma e alinhamento do PPP, pela análise e estruturação do Ensino Médio que vislumbramos para os próximos anos.

Sobre a Comunidade e a Cultura Escolar: Esse aspecto gerou muitas incertezas, pela incerteza das próprias famílias e comunidade. Alguns que apoiam, pela referência constante da formação para o mercado de trabalho. Outros que não apoiam pela compreensão de um aumento do número de evasão escolar relatados hoje. Fica a preocupação recorrente da construção de um ensino de qualidade para esses alunos, colocando-se como principal preocupação desse grupo envolvido na escola.

Sobre o Corpo Docente: Preocupa-nos a falta de conhecimento dos professores em relação aos referenciais jurídicos e curriculares sobre a reforma do

Ensino Médio. Faz-se necessário um processo de formação contínua que possa dar subsídios para a tomada de decisão coletiva na escola, tendo em vista a importância e centralidade do professor nesse espaço. Os medos e receios para o próximo ano também são evidentes, principalmente em relação aos admitidos em caráter temporário e seu vínculo com a escola piloto. A manutenção dos grupos de estudo para aprofundamento da reforma do Ensino Médio se apresentam como ponto de fundamental importância.

Sobre a Gerência de Educação: Avaliamos um empenho da Gerência de Educação na solução das principais problemáticas envolvendo a reforma do Ensino Médio: parcerias com instituições privadas, formação de professores, educação à distância, melhoria da estrutura física, etc. Evidencia-se uma gerência engajada e que apoia a reforma, associado a um processo de busca pelas melhores respostas para as questões que estão emergindo nesse processo. Reforça-se a necessidade de um alinhamento entre a gerência e a escola no que tange ao compromisso com um projeto político e pedagógico partilhado por todos.

Sobre os estudantes: Conclui-se que é necessário pensar o Novo Ensino Médio, disposto a cumprir a BNCC (2017), mas que esteja de acordo com a visão de educação da PCSC (2014). Os anseios dos estudantes são fundamentais nesse processo, visto que os alunos são os principais beneficiários do processo educativo. É necessário, para além desse relatório, conservar um diálogo constante com os estudantes, para que a escola se mantenha sempre num “fazer-se” pois, ela é parte de uma sociedade dinâmica, sempre em transformação. Esse espaço de diálogo nos possibilitou avaliar o quanto os estudantes, realmente, podem ser protagonistas desse processo, evidenciando anseios que dialogam com a construção de um ensino de qualidade, que supere uma visão prática e instrumental.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.
- BRASIL. **Guia de Implementação do Novo Ensino Médio**. 2018.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017, conversão da medida provisória 746, de 2016.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975.
- CECHINEL, A.; MUELLER, R. R. **A privatização da educação brasileira e a BNCC do Ensino Médio: parceria para as competências socioemocionais**. Educação: Santa Maria, v. 44, 2019.
- COUTINHO, Rejane G. A Formação de Professores de Arte. In: BARBOSA, Ana Mae. (org). **Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte**. 2ª Ed. São Paulo, Cortez: 2003.
- CRICIÚMA. **Projeto Político Pedagógico**. Escola de Educação Básica Governador Heriberto Hulse – EEBGOVHH, 2019.
- DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**. Campinas, São Paulo, AUTORES ASSOCIADOS, 2000, p. 71 –114.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. 25º ed. São Paulo, Paz e Terra: 1996.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. **A reforma do Ensino Médio e a produção de desigualdades na educação escolar**. Educação: Santa Maria, v.44, 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2018.
- KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível*. Educ. Soc., Campinas, v. 38, no. 139, p.331-354, abr.-jun. 2017
- LEAL, Z. F. R. G.; MASCAGNA, G. C. Adolescência: Trabalho, educação e formação omnilateral. In. MARTINS, L. M; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (org.)

Periodização Histórico-cultural do desenvolvimento psíquico. AUTORES ASSOCIADOS, 2017, p. 221 – 238.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** Campinas; SP.Ed. Papyrus, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antônio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice.** São Paulo: Autores associados, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio?** Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, 2017.

NOVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** In: António Nóvoa (coordenação). *Os professores e a sua formação.* Lisboa, Publicações Dom Quixote: 1992.

PATTO, Maria Helena Souza. **O ensino a distância e a falência da educação Educação e Pesquisa**, v. 39, 2013.

SANTA CATARINA. Governo do estado. Secretaria da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica.** Santa Catarina, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 34. ed. rev. Campinas, Autores Associados, 2001.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; BOUTIN, Aldimara Catarina. **Novo Ensino Médio e Educação Integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a Educação.** Santa Maria, v. 43, 2018.